

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

SARA CRISTINA DE AGUIAR PEREIRA

**O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO
PÚBLICA: Uma breve análise do Sistema Educacional no Município de Limeira/SP**

CAMPINAS

2022

SARA CRISTINA DE AGUIAR PEREIRA

**O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO
PÚBLICA: Uma breve análise do Sistema Educacional no Município de Limeira/SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Virginia Righetti
Fernandes Camilo.

CAMPINAS

2022

SARA CRISTINA DE AGUIAR PEREIRA

O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: Uma breve análise do Sistema Educacional da Cidade de Limeira/SP

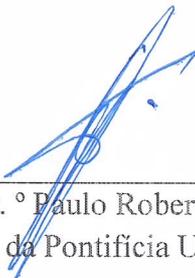
Monografia produzida como Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, pela Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Campinas, SP, 14 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Maria Virginia Righetti Fernandes Camilo
Orientadora e Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof.^o Dr.^o Paulo Roberto de Sousa
Avaliador convidado e Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof.^a Bianca Valéria Briguenti da Silva
Avaliadora convidada e Docente na Educação Básica Pública

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido a vida, por me sustentar com todo seu amor, graça e misericórdia, sem Ele nada seria possível.

Aos meus pais, Lucimara e Jesuel por serem os meus primeiros professores, sou grata por todo apoio, carinho e acolhimento nos dias difíceis! Obrigada por não desistirem e me incentivarem a continuar apesar das dificuldades. Aos meus irmãos, Maria Heloisa e Abner, em especial a Helô, por sempre ser abrigo e iluminar os dias escuros! Amo vocês, para sempre.

A todos os professores de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, meus sinceros agradecimentos por todo conhecimento compartilhado e pela dedicação ao ensinar, em especial a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Virginia, sou grata por cada orientação, sua dedicação e força me inspiram.

Agradeço a todas as Assistentes Sociais que foram supervisoras de campo em todos os estágios realizados, pois tenho consciência de que cada orientação e ensinamento na prática, auxiliaram na construção da profissional que estou me tornando, agradeço especialmente a Super Gabi por apontar o caminho a ser trilhado na atuação profissional com tanto carinho e dedicação.

As Assistentes Sociais do Município de Limeira/SP, pela contribuição na pesquisa através das entrevistas, obrigada pela disponibilidade e por serem referência na inserção da categoria na Educação! A dedicação, amor e luta por uma educação crítica para todos, é inspirador.

A todos os profissionais do CRAS São Marcos (Kelly, Rosana, Ana Paula, Valdete, Helen, Cristina, Margarida, José e Amanda) por me encorajarem e auxiliarem em todo o processo, em especial a minha supervisora Amanda, por todo acolhimento e orientação, você é maravilhosa! Rô e Cris, obrigada por me ajudarem a treinar o tempo da apresentação, isso foi fundamental.

Agradeço a minha panelinha do Serviço Social de 2018 que se mantem até hoje, por todo carinho e apoio. Fer, Lu e Isa (Assistentes Sociais maravilhosas) e Bre (pedagoga linda), vocês são inspiração!

Sou grata pela amizade da Lethycia e da Eduarda que em tantos momentos de desespero trouxeram leveza e mudança de perspectiva! Vocês com toda certeza são expressão do cuidado de Deus na minha vida! Obrigada por cada abraço, conselhos, choros, altas risadas, pelos lanchinhos e por cada Pockets!

A Alissandra (Li), por sempre estar por perto oferecendo seu amor, cuidado e apoio. Obrigada por me ajudar a enxergar minhas potencialidades e se importar com os meus sentimentos! Amizades como a sua são raras, sou grata.

A todos do POCKETS PUCCAMP, por estarem presentes e possibilitarem momentos de proximidade com Deus, por cada oração, palavra de ânimo e afeto! Desejo que mesmo finalizando a graduação, os encontros se expandam e alcance cada vez mais estudantes! Pois, Cristo Vive, Ele é a nossa esperança.

Não poderia deixar de mencionar, o Seu Divino motorista do transporte (fretado) por todo cuidado, paciência e responsabilidade! A todos os funcionários da Pontifícia, em especial os funcionários da biblioteca e do laboratório de informática, vocês são demais! A Universidade não seria a mesma sem vocês.

Agradeço a Bianca, por ter escolhido a educação como área de atuação! A sua dedicação ao ensinar e expor novas perspectivas, com toda certeza é inspiração não apenas para mim, mas para todos que tem o privilégio de conviver contigo. Obrigada por cada aula ministrada, cada meme enviado no direct do Instagram e pelas palavras de incentivo.

Enfim, agradeço a todos que colaboraram direta ou indiretamente para que essa pesquisa fosse possível, pois tenho a plena consciência e convicção de que sozinha, não conseguiria.

Onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.

Paulo Freire

RESUMO

A presente pesquisa possui como objetivo central compreender o processo de inserção do profissional de Serviço Social na Educação e as intervenções realizadas no âmbito escolar. Para isso, as análises realizadas são da inserção da categoria no Município de Limeira/SP visto a referência na temática. O método de pesquisa escolhido foi qualitativo, realizando assim entrevistas com perguntas semiestruturadas para possibilitar maior abrangência sobre o processo de inserção e atuação. Através das pesquisas realizadas e dos relatos foi possível compreender o trabalho do profissional dentro das escolas e na gestão da política de educação. Sendo assim, nota-se o impacto e a relevância que as intervenções realizadas possuem para a garantia do acesso a uma educação crítica e de qualidade para todos.

Palavras chave: serviço social; educação; direito; emancipação.

ABSTRACT

The core objective of this research is to comprehend the process of insertion of Social Work professionals in Education and the interventions taken in school environment. For that purpose, the analyzes done in this paper are related to the insertion of the category in Limeira/SP, since the city is reference on the subject. The research method chosen is a qualitative one, where interviews with semi-structured questions were made to enable to cover a great scope over the process of insertion and intervention. Through the research carried out and the reports, it was possible to understand the work of these professionals within schools and in the management of education politics. Therefore, it is noticeable the impact and the relevance that such interventions have to guarantee the access to an education of quality and critical thinking to all.

Keywords: social service; education; rights; emancipation.

LISTA DE SIGLAS

CADES: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

CAPES: Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social

CFP: Conselho Federal de Psicologia

CNP: Conselho Nacional de Pesquisa

CONJUVE: Conselho Nacional da Juventude

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESPOM: Centro de Promoção Social Municipal

CRESS: Conselho Regional de Serviço Social

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

EMEIEF's: Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

EU: Unidades escolares

FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IDEB: Índice de Desenvolvimento Educacional da Educação Básica

INEP: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

INSPER: Instituto de Ensino e Pesquisa

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

MIT: Município de Interesse Turístico

MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização

PAEFI: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIUB: Programa de Avaliação Institucional

PNA: Plano Nacional de Alfabetização

PROUNI: Programa Universidade para Todos

SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEDUC – SP: Secretaria Estadual da Educação de São Paulo

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Objetivos Específicos do Serviço Social Educacional no Município de Limeira/SP.....53

Quadro 2. Quantidade de Unidades Escolares e Profissionais..... 54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	BREVE HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	13
2.1	As Expressões da Questão Social no Âmbito Escolar.....	23
2.2	Profissional de Serviço Social na Educação.....	27
3	A EDUCAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL NA CIDADE DE LIMEIRA/SP.....	40
3.1	Gestão e Serviço Social	40
3.2	A Escola e o Serviço Social.....	43
3.3	Trabalho do Assistente Social na Educação em Limeira/SP.....	48
3.4	Compreendendo a Atuação Profissional: organização do trabalho, intervenção com os alunos e suas famílias	50
3.5	Desafios Enfrentados: ser um estranho no ninho	62
3.6	Pós-pandemia: um novo desafio a ser enfrentado	65
3.7	A luta por uma educação crítica	68
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS	74
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	76
	ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	77

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como temática central a pesquisa da inserção do profissional de Serviço Social na educação, realizando uma breve análise do sistema educacional do município de Limeira/SP.

A escolha do tema para a pesquisa se deu a partir da reflexão realizada sobre a trajetória percorrida na educação básica pública (Ensino fundamental e médio – Cidade de Sumaré/SP), onde foi possível vivenciar várias situações de violência explícita e implícita contra os alunos, abandono escolar, gravidez na adolescência, estudantes com dificuldades de aprendizado e tantas outras situações. E na graduação, ao se aproximar do estudo da Lei de Inserção dos profissionais de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica (Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019), surgiu o questionamento: Como teria sido a vivência em uma escola com a atuação do profissional de Serviço Social?

Infelizmente, durante a trajetória como aluna presenciei diversas situações que atualmente com a bagagem que a graduação em Serviço Social me possibilitou, é possível concluir que eram de violência contra os alunos. Um exemplo disso, era a divisão das salas que a escola realizava através de uma prova, onde os estudantes que atingiam uma nota considerada alta ficavam nas salas A ou B e os alunos que não atingiam, eram colocados nas salas C e D.

Essa separação dos alunos considerados “bons” e dos alunos “ruins” gerava constantemente uma tensão entre os alunos, pois tinham os comentários destinados aos estudantes das últimas salas, como “Olha para você, nem da sala B você é”, “pessoal da sala D é tudo burro” e assim por diante. Em determinados momentos, até alguns professores legitimavam esses comentários e deixavam explícito que tinham preferência em ministrar aulas para as salas iniciais pois diziam que eles eram mais comportados e aprendiam os conteúdos com mais facilidade.

Interessante expor esse exemplo para questionar, que tipo de educação está sendo ofertado para as crianças pobres? Pois na situação mencionada fica nítido que o que estava sendo oferecido era uma educação excludente, violenta e de reforço a ordem burguesa, ou seja, ao invés de possibilitar o acesso para todos independentemente da defasagem educacional, do tipo de comportamento ou das vulnerabilidades enfrentadas, os alunos que não se “encaixavam” nos padrões de comportamento e de aprendizagem, eram excluídos, sendo assim, mesmo estando dentro da escola, tinham seu direito de acesso a uma educação de qualidade negado, pois eram classificados como os “alunos problemáticos” ou como “aqueles que não queriam estudar.” Importante frisar, que em nenhum momento foi presenciado a ação de perguntar para

esses alunos e para as famílias sobre suas dificuldades.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre a inserção do Profissional de Serviço Social na educação e a sua atuação em situações como essas citadas acima. Para isso, o trabalho será dividido em dois capítulos, o primeiro expõe a trajetória da educação no Brasil, adentrando em reflexões sobre as expressões da questão social no âmbito escolar e o profissional de Serviço Social na educação, já o segundo capítulo está composto pela trajetória histórica do Serviço Social no Município de Limeira/SP expondo sobre a gestão e Serviço Social, a Escola e o Serviço Social e por fim, as análises das entrevistas realizadas onde será refletido sobre: a atuação profissional e as intervenções realizadas com os alunos e suas famílias, e para finalizar, os desafios enfrentados pelos profissionais em relação a inclusão na equipe escolar; os novos desafios nesse período de pós pandemia e por fim a reflexão de para “onde” aponta as intervenções do Serviço Social escolar.

2 BREVE HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nesse primeiro capítulo será realizada a exposição de uma breve trajetória histórica da educação no Brasil, destacando as principais mudanças, de acordo com o material publicado pelo MEC (Ministério da Educação) no ano de 2012.

A educação considerada formal, iniciou-se no Brasil após a chegada dos portugueses, especificamente em 1549, quando chega com Tomé de Souza quatro padres e dois irmãos jesuítas, sob a responsabilidade do padre Manoel da Nóbrega. Eles possuíam como objetivo a ampliação do poder religioso da época e dominação ideológica através da educação.

Nesse período, o ensino era direcionado para os filhos da elite colonizadora e para os índios e pretos apenas a catequização, onde eram ensinados a obedecer e aceitar os dogmas e leis impostas pelos religiosos, sob pena de serem castigados por estarem em pecado.

Como o trabalho executado pelos jesuítas recebia apoio da coroa portuguesa, eles exerciam domínio sobre a educação e preparavam os futuros bacharéis em artes, Direito, Medicina, além de teólogos e professores, tanto na Colônia como na Metrópole. Desse modo, através da arma pacífica que é a educação, a Igreja Católica exercia poder político, econômico e social.

Essa hegemonia educacional se estendeu por duzentos e dez anos, até 1759, quando os jesuítas foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777. Até a data da expulsão eles haviam construído 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus.

A partir desse momento o poderio da educação formal não estava mais “nas mãos” dos jesuítas e a intenção do Marquês era a reorganização dos objetivos educacionais, desvinculando-os de todos os ideais religiosos para atender aos interesses comerciais do Estado da época. Apesar da saída dos jesuítas, algumas ações ainda eram influenciadas pelo clero, como por exemplo, a grande maioria dos educadores eram indicados pelos bispos. Sendo assim, o objetivo de tornar o ensino laico acessível a todos não foi alcançado em sua plenitude.

A formação dos professores era precária, sem a construção de bases didáticas sólidas, não se atentaram à realidade política, econômica, histórica e cultural que a sociedade estava inserida.

Apesar dos problemas que enfrentavam em relação à educação após a expulsão dos Jesuítas, a reforma teve alguns avanços significativos, sendo eles: simplificação dos estudos,

motivação no ingresso em cursos superiores, melhoria do aprendizado da língua portuguesa, inclusão de conhecimentos científicos e a instalação das aulas régias.

No período Joanino de 1808 a 1821, as escolas primárias continuavam desempenhando a função de ensinar os alunos a ler e escrever e o ensino secundário permaneceu na estrutura das aulas régias. Sendo assim, a educação continuava sendo organizada de uma forma fragmentada, isenta de uma estrutura organizacional.

Em relação ao ensino superior, nesse período foram criados os seguintes cursos: Economia (1808), Matemática Superior (1809), Agricultura (1812), Química (1817), História (1817) e Desenho Técnico (1818), pois a preocupação central daquele momento era o desenvolvimento de conhecimentos científicos, voltados para as necessidades locais. Esta situação ocorreu porque o Brasil herdou de Portugal as dívidas contraídas com a Inglaterra. Esta dependência econômica construiu a necessidade de formar novos quadros administrativos, que atendessem às demandas do mercado europeu, ou seja, o ensino sendo usado para atender os interesses da economia.

No período imperial de 1822 a 1888, em conformidade com as transformações que aconteciam na sociedade, a educação teve um grande marco com a primeira Constituição Brasileira de 1824 (inspirada na Constituição Francesa), que apresentou a ideia de um “sistema nacional de educação” e pontuava no Art. 179 a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. Defendendo a ampliação do número de escolas primárias, ginásios, liceus, academias e universidades, distribuídas organizadamente por todo o território nacional, onde deveriam ser ensinados conhecimentos de gramática, ciências e belas artes.

Dois anos após a conquista da Constituição, no ano de 1826, Januário da Cunha Barbosa apresentou um projeto que possuía como objetivo a apresentação da Educação como dever do Estado e a ampliação da quantidade de escolas, com todos os níveis de ensino para atender as demandas, inclusive ofertando escolas de preparação e treinamento para professores. Em 15 de outubro de 1827, foi criada a lei que determinava a instalação de escolas primárias por todo o país, estabelecendo um currículo elaborado e concedendo às meninas o direito de estudar.

Apesar de todos os avanços e a criação de leis específicas, na prática, o ensino não foi ofertado para todos, a educação era privilégio apenas dos homens livres, não houve a preocupação em ampliar o número de vagas e os professores não receberam treinamento, mesmo nas escolas primárias. O ensino não foi “ampliado” e recebeu características regionalistas, cabendo a cada estabelecimento de ensino a organização didática (baseada na literatura europeia), nas escolas faltava materiais didáticos básicos para a ministração das aulas.

Os professores tinham condições de trabalho precárias e além de não receberem

preparação adequada para as aulas, faltavam com frequência pois atuavam em outras áreas para obter remuneração necessária para sustento. Em relação ao Ensino Secundário, ele era organizado com aulas avulsas e particulares com estudos sobre latim, retórica, filosofia, geometria, francês e comércio.

A educação para o império não era um aspecto tratado como prioridade, sendo assim, preferiu investir em soluções instantâneas para os problemas políticos e econômicos da época. Essa escolha favoreceu o domínio dos ingleses em relação ao Brasil, pois a não preocupação em organizar o sistema educacional e em disponibilizar recursos para que o ensino possibilitasse caminhos para os alunos criarem tecnologias nacionais para desenvolver atividades manufatureiras, não gerou concorrência, sendo assim, a Inglaterra continuou exportando para o país produtos industrializados, instrumentos e máquinas.

Como exposto anteriormente, mesmo presente na Constituição de 1824 a defesa de educação para todos, na prática isso não era uma realidade, um dos exemplos disso é um acontecimento ocorrido em 1857 no Rio Grande do Sul, onde o Colégio de Artes Mecânicas negou-se a aceitar crianças negras como alunas, mesmo elas sendo consideradas legalmente livres.

O ensino destinava-se aos privilegiados da sociedade, os filhos da aristocracia rural. Comprovando essa afirmação, as estatísticas da época expõem que no Brasil existia uma população de 10 milhões de habitantes, mas somente 150.000 alunos matriculados em escolas de educação básica.

Devido às gritantes problemáticas educacionais, no ano de 1879 foi implantada a Reforma Leôncio de Carvalho que possui como defesa, a liberdade de ensino, concedendo a autorização de cada escola aplicar teorias e métodos que compreendessem convenientes para a concretização de seus objetivos, a autonomia do aluno do ensino secundário e superior, deixando a seu critério a escolha do que, como, quando e com quem gostaria de estudar e a dissociação do exercício do magistério dos demais cargos públicos e administrativos, com melhoria da remuneração do professor. A última medida exposta demorou a ser implantada, devido ao não cumprimento do Estado em aumentar a remuneração.

Na primeira república, nos anos de 1889 a 1929, o sistema educacional recebeu influência direta das ideias positivistas e liberais. Em 1891, surgiu a Segunda Constituição Republicana do Brasil:

Art. 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:
1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;

2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;

3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;

4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.

Art. 72

§6º- será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. (PLANALTO, 1891)

O liberalismo político, econômico e educacional gerou desigualdades nos estados, pois dependiam do investimento que cada um deles poderia realizar, sendo assim as escolas que eram mais beneficiadas e que possuíam mais estrutura se encontravam na região Sudeste, onde havia concentração de capital consequentes das fazendas de café.

Benjamin Constant, militar e educador positivista, propôs uma reforma que tinha como objetivo romper com a tradição humanística clássica, priorizando os conhecimentos científicos, especialmente, a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral. Para ele, o ensino deveria ser a formação humana, baseada na ciência. Discordava da forma de pensar predominante no período imperial, onde a Educação era voltada, sob uma perspectiva humanista, quase que completamente voltada para a entrada do aluno em um curso superior.

Entretanto, embora a nova proposta para educação representasse um avanço significativo para o ensino, na prática, o que aconteceu foi apenas um acréscimo de disciplinas no currículo, tornando o ensino “enciclopédico” e reprodutor. Não construiu uma mudança substantiva na forma de pensar das pessoas e nem a vontade de produzir conhecimento técnico e científico.

A nova elite dominante continuou realizando suas ações como os senhores de engenho: estavam preocupados apenas com as questões políticas e econômicas que demandavam serem resolvidas com urgência no momento.

Esta reforma também defendia a gratuidade do ensino primário e definiu o ensino com séries, sendo organizados com: Escola Primária, composta pelo 1º grau, para crianças com faixa etária entre 7 e 13 anos e o 2º Grau, para alunos de 13 a 15 anos. A Escola Secundária: tinha duração de 7 anos. Quando o ensino secundário era finalizado os alunos eram submetidos ao “Exame de Madureza”, que servia para verificar se os alunos tinham adquirido conhecimento suficiente para concluir o curso.

Como os modelos educacionais eram importados, eram totalmente desvinculados das necessidades da sociedade brasileira (teoria dissociada da prática), aumentou o problema do analfabetismo, que no ano de 1920 atingiu 75% da população brasileira.

Infelizmente, não existiu um estudo sistemático da realidade nacional para o planejamento e ações para solucionar essas problemáticas. Sendo assim, contra esta dependência cultural, política e econômica, imposta pelas elites dirigentes, nacional e estrangeira, surgiram várias manifestações (lideradas principalmente por intelectuais e militares), que possibilitou a tomada de poder por Getúlio Vargas, em 1930: o Movimento do Forte de Copacabana (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista, a Revolta Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927).

No período conhecido como Estado Novo, de 1930 a 1945, percebe - se o “despertar” da importância do ensino para o crescimento e avanço do país. Em 1930, foi criado o Ministério de Educação e Saúde, que possibilitou o surgimento da universidade brasileira, unificando as faculdades já existentes. Um grupo de 26 professores e intelectuais da época, participantes do movimento que resultou na posse de Getúlio Vargas, realizou em 1932 o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo, contendo ideias inovadoras para o ensino brasileiro, propondo novamente uma escola obrigatória para todos e desprovida de direcionamento religioso.

Contudo, novamente os projetos estruturados não foram efetivados. Neste mesmo ano, foi aprovada a reforma de Francisco Campos, que oficializou a dualidade do ensino, secundário e profissionalizante para a classe dirigente e a proletária, respectivamente. A justificativa foi a necessidade de preparação de mão-de-obra qualificada para o trabalho nas indústrias existentes. A educação segundo a reforma, necessitava ser diferenciada para a formação de patrões e de empregados.

No ano de 1934, foi promulgada a terceira Constituição (influenciada pela Constituição Alemã de Weimar), que possuía um caráter liberal e centralizadora. Em relação à educação, alguns “avanços” na lei foram alcançados, sendo eles: estabelecimento da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, o ensino religioso poderia ser facultativo; o financiamento do sistema educacional seria de responsabilidade dos três níveis Federal, Estadual e Municipal; a criação de um Plano Nacional de Educação que fiscalizasse todos os âmbitos educacionais; inclusão das disciplinas de educação moral e política em todos os currículos escolares (para desenvolvimento de um espírito ético e patriótico). Essas mudanças abriram novas possibilidades de ingresso à escola, aliadas aos benefícios e direitos concedidos pelo Governo à classe trabalhadora, este modelo imposto de educação foi bem aceito pela população.

Em 1937 foi instalada a quarta Constituição Brasileira, elaborada por Francisco Campos e conhecida como “polaca” porque foi baseada na Constituição Polonesa. Ela instituiu o Estado Autoritário, com poder totalmente centralizado. Não admitia manifestações contrárias ao

Governo, defendia ideias fascistas e ditatoriais.

Nesse contexto, oficializou-se a dualidade do sistema escolar, oferecendo ensino secundário para os que pretendiam cursar o ensino superior e ensino profissionalizante para aqueles que tinham necessidade imediata de ingressar no mercado de trabalho. Estabeleceu-se também a obrigatoriedade de serem criadas escolas nas indústrias e sindicatos para os filhos dos operários.

Estabelecendo através da educação, de maneira sutil, um ciclo implantado pelo governo que evitava a mobilidade social, garantindo a manutenção do poder em relação aos grupos dominantes, atendendo às necessidades das empresas particulares e disponibilizando uma quantidade elevada de mão-de-obra. Nessa nova Constituição, apesar de o período ser totalmente opressor, permaneceu defendendo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário em sua escrita. Estabeleceu também a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) e o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).

No ano de 1942, o então Ministro Gustavo Capanema elaborou diversos decretos-leis visando organizar a situação da educação, denominados de Leis Orgânicas do Ensino. As propostas eram centralizadas na reestruturação do currículo do ensino industrial (Decreto nº 4.073/1942), secundário (Decreto nº 4.244/1942), comercial (Decreto nº 6.141/1943), normal (Decreto nº 8.530/1946) e agrícola (Decreto nº 9.613/1946). Ocorreu a alteração também nos ciclos de estudo (Decreto nº 4.244/1942).

Nesse período outros decretos foram aprovados em relação à educação, entre eles, o Decreto nº 4.048/1942, idealizador do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). A Reforma Capanema permaneceu em vigência até a aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. No governo de Getúlio Vargas, o sistema educacional proposto, tinha a pretensão de amenizar as relações de conflito entre as classes empresarial e operária, realizando a oferta de dois tipos de ensino: um para a formação de líderes para o povo e outro para moldar os alunos em seres passivos para serem funcionários:

Art. 1º. – A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;

- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou raça. Dos fins da educação, atenção! O artigo 9º. da Lei 4.024/61 estabelecia a criação do Conselho Federal de Educação (substituindo o Conselho Nacional de Educação) e o Conselho Estadual de Educação. (PLANALTO, 1961)

Após o Presidente Getúlio Vargas ser deposto, em 1945 pelos militares, o país passou a enfrentar cada vez mais problemáticas em relação ao autoritarismo, mesmo nesse contexto, houve uma melhoria considerável nos índices de analfabetismo do país, porém o ensino continuou apresentando caráter reprodutor, elitista e desprovido de iniciativa científica, o que possibilitou a entrada de teorias e tecnologias vindas de outros países nos governos posteriores.

Em 1946, com o General Eurico Gaspar Dutra no poder, foi promulgada a quinta Constituição Brasileira, de caráter liberal e democrático, defendendo a educação como direito de todos, sendo expressa no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, concedia à União a responsabilidade sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário. O nível médio continuou em dualidade, oferecendo ensino secundário de direcionamento acadêmico e ensino técnico, com característica utilitária. Ambos voltados para o conhecimento empírico, em detrimento do aprendizado científico.

Neste mesmo ano e governo, foi criado o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Existindo ainda neste período a predominância de escolas particulares, em sua maioria, dirigidas pela Igreja Católica.

Em 1948, o então Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, encaminhou à Câmara o primeiro Projeto de Lei de reforma geral da educação nacional, elaborado por três comissões, sendo elas: Ensino Primário, Ensino Médio e Ensino Superior, organizadas pelo professor Lourenço Filho. Este projeto ficou 13 anos em processo e a lei foi sancionada apenas em 20 de dezembro de 1961.

No ano de 1957, o Deputado Carlos Lacerda apresentou um projeto substitutivo. Enfatizando o direito que as pessoas tinham de escolher o tipo de escola que queriam frequentar. Esse ideal de “liberdade” apresentado, possuía como plano de fundo a intenção de favorecer as escolas particulares que, em alguns casos, poderiam ser beneficiadas com recursos públicos.

A Igreja reforçava esse ideal com a justificativa que o ensino na escola pública se limitava ao desenvolvimento da inteligência, deixando de lado os alunos em sua totalidade de vida. Argumentava também que estas instituições educacionais eram defendidas por socialistas e comunistas, ligados a partidos radicais de esquerda, anticristãos e antipatrióticos.

Em 1950, Getúlio Vargas foi eleito novamente presidente e ficou no poder até 1954. Em seu primeiro mandato como presidente, criou o CNP (Conselho Nacional de Pesquisa) e a CAPES (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e em 1954 surgiu a CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário).

Em 1955, Juscelino Kubitschek elegeu-se presidente e João Goulart (Jango), vice-presidente, nesse mesmo ano originou-se o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, esse era o tipo de investimento direcionado à educação, existindo, portanto, um aumento pouco relevante de instituições pedagógicas.

Na época não existiam estudos e projetos que visavam à melhoria da qualidade do ensino oferecido, que infelizmente continuava sendo seletivo e excludente. Esta situação pode ser explicada, em parte, pelo descumprimento do repasse totalitário dos recursos financeiros destinados à educação, que estava regulamentado pela Constituição.

Em 1962, o pernambucano Paulo Freire construiu, no Rio Grande do Norte, na cidade de Angicos, um método para alfabetizar adultos em apenas 40 horas. Dois anos após a criação desse método, em 1964, o governo, inspirado pelo resultado extremamente positivo desse trabalho pedagógico realizado, criou o PNA (Plano Nacional de Alfabetização), utilizando o que havia sido produzido e executado por Paulo Freire.

Infelizmente esse trabalho foi interrompido pelo golpe militar de 1964, com a alegação que esse método educacional era subversivo e comunista, sendo assim, nesse período a educação reduziu-se a ser apenas a transmissão de conhecimentos e informações dos professores para os alunos, longe de quaisquer discussões políticas. Apresentando-se com práticas de características pragmáticas, considerando os seres humanos como indivíduos práticos e não apenas pensantes e tecnicistas, onde o aluno era apenas receptor de tudo aquilo que o professor lhe apresentava, atendendo novamente às necessidades imediatas do mercado de trabalho.

Um marco extremamente relevante do retrocesso nesse período, foi em 1971, quando surgiu a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 5.692/71, que estabeleceu como um dos pontos a seguinte concepção:

Art. 1º: O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (PLANALTO, 1971).

Em 1982, foi implementada a Lei 7.044/82, que substituiu a ideia presente nos objetivos

da Lei 5.692/71, de “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”, desobrigando a oferta de cursos profissionalizantes, desvinculando-se da distinção entre a educação geral e a formação especial, mantendo de forma integrada os núcleos comuns e a parte diversificada da estrutura curricular.

Durante todo o período da ditadura militar, diversas modificações foram realizadas no sistema educacional. Uma delas foi a criação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), instituído pelo Decreto-lei 5.379/67, sendo a primeira iniciativa do governo brasileiro para a erradicação do analfabetismo no país, que almejava a qualificação do trabalhador.

No MOBRAL, o método Paulo Freire foi aplicado de forma inadequada. A proposta do educador foi utilizada como prática conservadora, o que conseqüentemente tornou impossível a efetivação dos objetivos do método. Juntamente a essa problemática, houve também muitas denúncias de corrupção, que acarretaram a extinção do Movimento que foi substituído posteriormente pela Fundação Educar. Pregava-se a igualdade do acesso à aprendizagem que levassem à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, mas, na realidade, elas não concorriam com igualdade de condições. Pontuando que o “alcance” ou o “não alcance” dos objetivos dependiam exclusivamente do esforço pessoal de cada aluno.

Sendo assim, o sistema educacional assim como o contexto do país, vivia em constantes contradições, pois, teoricamente a política de educação adotada pelo governo era democrática, mas na realização das ações eram guiadas por um regime ditatorial, servindo novamente como citado anteriormente para servir os interesses da classe dominante, realizando a tentativas de apaziguar os possíveis conflitos que poderiam ser gerados pelo povo, com o objetivo de estabelecer uma harmonia social.

Em 1985, passados 21 anos de ditadura militar no Brasil, por intermédio de movimentações e lutas que percorreram a década de 80, o rumo de uma sociedade é alterado com o fim do regime e após três anos com a atual constituição de 1988, denominada inicialmente como Constituição - Cidadã, para “carregar” na sua nomeação a característica principal que era o caráter democrático. Nos artigos 205 a 214 encontram-se princípios e diretrizes extremamente relevantes direcionados a educação nacional, sendo eles:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade;

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. Parágrafo único.

A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - Formação para o trabalho;

V - Promoção humanística, científica e tecnológica do País. (PLANALTO, 1988)

O fim da ditadura militar e a nova Constituição de 1988 representaram um marco de avanços legais e de legitimação de direitos, especificamente no âmbito social da nação, em relação às questões educacionais é relevante pontuar o art.205 desta Carta Constitucional já exposta acima, pois afirma que a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Durante esse cenário de avanços, regulamenta-se o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que teve sua aprovação no dia 13 de julho de 1990, que transforma a concepção da infância e adolescência em diversos aspectos, principalmente na abordagem dos “menores”, pois altera essa concepção de inferioridade para uma perspectiva de sujeitos que possuem direitos e que estão em desenvolvimento.

Aliada a essas mudanças, a afirmação do direito à educação é reiterado em dezembro de 1996, quando foi instituída a ainda em vigor, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que proporcionou uma série de inovações, acompanhadas do reconhecimento de estudos e experiências obtidas pelos alunos fora do contexto da escola, sendo alguma delas: práticas democráticas de gestão escolar; maior autonomia das escolas para a definição e implantação de seu projeto pedagógico; ampliação de vagas para ingresso e permanência dos alunos na escola; e vários programas como o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), PAIUB (Programa de Avaliação Institucional, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Relevante pontuar que no ano de 2004, foi criado pela Lei nº 11.096/2005 o PROUNI (Programa Universidade para Todos) que oferece bolsas de estudo integrais ou parciais para alunos que não têm condições financeiras de estudar em instituições privadas de ensino superior.

Após essa contextualização histórica, no próximo tópico será realizada algumas problematizações referentes a trajetória e a situação atual do sistema educacional vigente.

2.1 As Expressões da Questão Social no Âmbito Escolar

A trajetória e a construção do sistema educacional vigente no Brasil, assim como todos os outros aspectos da vida humana em sociedade, foi afetada e está sendo afetada pelos avanços e retrocessos do país, sendo assim, ao analisar a linha do tempo da educação, pode-se observar o movimento de adaptação e mudanças de acordo com o contexto político, cultural e social de

cada época, oscilando entre um sistema educacional que oferta propostas conservadoras e de reforço a ordem burguesa ou de propostas democráticas que visam a emancipação dos estudantes e o reconhecimento dos saberes obtidos fora do âmbito escolar, reafirmando a relevância de analisar as problemáticas presentes em sua amplitude histórica, não apenas como um evento descolado da totalidade.

A educação é uma dimensão da vida social e estando inserida em uma sociedade que é regida pelo sistema capitalista, tem todas as suas características moldadas para o sustento dessa ordem, vivendo em constante contradição, como cita Karl Marx em seu livro “O manifesto comunista”, “A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes.” Essa luta é travada em todos os aspectos das vivências cotidianas, onde os abismos da desigualdade social são escancarados. A educação fazendo parte da dimensão da vida humana, como citado anteriormente, faz parte de um

complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e aplicadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação. (CFESS, 2013, p.16).

O sistema educacional, em recorte, a escola, apesar de todas as constantes contradições, pode ser considerada um espaço social que possibilita e auxilia no desenvolvimento dos sujeitos, em várias áreas que os constituem de maneira integral, como a socialização, humanização, o desenvolvimento do senso crítico e a aprendizagem, entretanto, como citado anteriormente esse espaço pode “servir” a emancipação ou a alimentação da desigualdade. Segundo o patrono da educação no Brasil, Paulo Freire:

é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue. (2006, p. 45)

Antes de colocar em pauta a transformação da sociedade, é coerente ressaltar que são os sujeitos que possuem esse “poder”, sujeitos esses que estão ou já passaram pelo sistema educacional vigente, “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação” (FREIRE, 1991, p. 84). Uma educação que de fato liberte é essencial não apenas para o conhecimento e obtenção de aprendizados diversos, mas para a modificação de fato da realidade social e para isso acontecer, não se pode:

chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. (FREIRE, 1991, p. 16)

Nesse sentido, é relevante pontuar que, é na escola que todas as expressões da questão social também serão evidentes, pois como espaço social traz a oportunidade da visualização da retrato da sociedade em um grupo reduzido, sendo assim, ao analisarmos os dados da situação educacional no Brasil, pode-se ter mais embasamento para responder a questão: A educação brasileira serve a ordem burguesa para sustento do sistema e reforço da desigualdade, ou tem como objetivo o ensino para a construção de sujeitos livres?

Em 11 de março de 2020, foi declarada a pandemia de COVID-19. Diante disso, o MEC autorizou a modificação das aulas presenciais para remotas no ensino de nível superior e logo em seguida para a educação básica, relevante pontuar essa alteração de emergência, pois esse fato modificou o acesso à educação pública e conseqüentemente o “desempenho” de alguns estudantes, como estimou o estudo Perda de Aprendizagem na Pandemia, uma parceria entre o INSPER (Instituto de Ensino e Pesquisa) e o Instituto Unibanco, que no ensino remoto (independentemente da idade e da série), os estudantes aprendem, em média, apenas 17% do conteúdo de matemática e 38% do de língua portuguesa, em comparação com o que ocorreria nas aulas presenciais. Em contrapartida para outros alunos, as aulas remotas representaram pela falta de acesso à internet e de aparelhos eletrônicos a interrupção nos estudos de maneira efetiva e direcionada; o mesmo estudo revelou que o engajamento entre os estudantes do ensino médio das redes estaduais durante o ensino remoto foi de 36% em 2020. Ou seja, foi "assistida" um terço do total de 25 horas semanais que estava prevista para ser ofertada.

Conforme o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), no mesmo ano, para os alunos que estavam no 3º ano do ensino médio, a perda de aprendizagem foi estimada em 74%, tanto em português quanto em matemática, sendo relevante ressaltar que esses estudantes, além

do início de 2021, passaram praticamente todo o 2º ano com as aulas sendo ministradas na modalidade remota, ingressando assim, no último ano do ensino médio, com uma proficiência de 9 pontos a menos em língua portuguesa e 10 a menos em matemática.

Os dados apresentados foram coletados através da Prova Brasil, avaliação nacional aplicada nas escolas a cada dois anos, que revelou também a perda de em torno de 10 pontos, sendo que em todo ensino médio os alunos aprendem em torno de 15 pontos em matemática e 20 pontos em português. Ou seja, segundo a pesquisadora Laura Muller Machado, responsável pelo estudo do INSPER perdemos metade do que se aprende no ensino médio inteiro e estimava-se que o não retorno das aulas presenciais até o final de 2021, iria representar um déficit educacional que poderia dobrar, chegando a 16 pontos a menos em língua portuguesa e menos 20 em matemática. Em outras palavras, expos a pesquisadora, isso representa que os alunos praticamente sairiam do ensino médio com o mesmo aprendizado que tinham no 9º ano.

A troca do ambiente escolar pelo virtual demonstra ainda maiores impactos para os alunos dos anos iniciais, especialmente os da rede pública. Segundo dados levantados pela SEDUC-SP (Secretaria Estadual da Educação de São Paulo), estudantes do 5º ano do ensino fundamental apresentaram, lamentavelmente, os piores índices de queda na aprendizagem, em comparação com resultados do SAEB de 2019, houve uma queda de 46 pontos em matemática e 29 em português.

Ainda sobre os dados citados acima, os pesquisadores estimam que para esses alunos recuperarem a aprendizagem perdida durante esse período e alcancem o índice de 2019, serão necessários 3 anos para português e 11 anos para matemática. Essa estimativa é resultado de uma avaliação feita com 7.135 alunos do 5º ano da rede estadual de São Paulo, entretanto as dificuldades podem ser observadas entre discentes de todo o país, inclusive no ensino particular.

Os dados são alarmantes e o contexto não afetou apenas a educação básica, mas, conseqüentemente, o acesso ao ensino superior através do ENEM. O Senador Paulo Paim em entrevista à Agência Senado expôs em janeiro de 2021 que, estima-se que mais de 1 milhão e 300 mil alunos, com idades entre 6 e 17 anos, abandonaram a escola pelo fato de não terem condições de acompanhar as aulas remotamente e também para, de uma forma ou de outra, ajudarem a família com alguma renda. Segundo a pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, do CONJUVE (Conselho Nacional da Juventude), entre 2020 e 2021, caiu de 33% para 25% o número de jovens que estão conseguindo estudar e aumentou de 56% para 74% aqueles preocupados com o desempenho no exame, desse percentual 45% não pretendiam realizar o exame.

Com a exposição de apenas alguns dados, é possível pontuar que a pandemia agrava um

cenário que já era preocupante em relação a oferta de uma educação de qualidade para todos, escancarando que a desigualdade e o não acesso aos direitos considerados básicos afeta de fato, todas as áreas da vida em sociedade, os alunos em sua totalidade foram prejudicados. Entretanto, uma parcela teve a oportunidade de acesso à internet e a aparelhos eletrônicos que possibilitaram acompanhar as aulas e realizar as atividades, outros que já enfrentavam dificuldades antes do período pandêmico, não tiveram a oportunidade de escolher priorizar os estudos pela falta do acesso à internet, de aparelhos ou até mesmo por conta do trabalho que passou a ser realizado para apoiar a família na renda como exposto acima na fala do Senador Paulo Paim.

Ainda sobre a pesquisa da CONJUVE, cabe pontuar que o número de jovens que já pensou em abandonar os estudos durante a pandemia cresceu de 28%, em 2020, para 43% em 2021, lamentavelmente de fato, 6% deixaram os estudos em 2021 e entre as causas, a dificuldade maior apresentada para justificativa do abandono foi a financeira, que alcançou 21%, e a dificuldade de se organizar com o ensino remoto, que foi de 14%. Ou seja, o abismo que já era evidente entre a educação pública e a privada, se tornou gritante, expressando que não existe a possibilidade de a escola lutar por uma educação que de fato liberte, quando a disparidade social faz com que muitos não consigam minimamente acessá-la. Este quadro revela como a educação hoje se inscreve em um amplo processo de desumanização, a serviço da barbárie, assumindo uma feição moderna. A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir (CFESS, 2012, p.20).

Dado o exposto da trajetória da educação no Brasil e suas problemáticas atuais, no próximo capítulo será exposto sobre o profissional de Serviço Social e a Educação para analisar as contribuições que a inserção desses profissionais traz para o âmbito escolar.

2.2 Profissional de Serviço Social na Educação

Breve Contextualização da Trajetória da Categoria

Antecedente a exposição da inserção do profissional de Serviço Social na educação, entende-se a relevância de realizar um breve histórico da trajetória de luta da profissão no Brasil. O nascimento do Serviço Social se deu em meados de 1930 em resposta às problemáticas causadas pelos avanços do sistema capitalista, sob influência europeia especialmente sob o influxo belga, francês e alemão, direcionado por diversos setores particulares da burguesia respaldados pela Igreja Católica. Sobre isso Iamamoto aponta que:

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária. (2012, p. 89)

O país vivia na época um processo de industrialização e com o aprofundamento do capitalismo, a situação econômica e social era totalmente desfavorável para as classes subalternas. “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO, 2012, 84). Essa conjuntura produziu uma tensão entre as classes e o Estado se encontrou pressionado a realizar diferentes manifestações em relação à questão social para buscar controlar a classe trabalhadora. Sendo assim:

O Estado passa a ser, num certo lapso de tempo, uma das molas propulsoras e incentivadoras desse tipo de qualificação técnica, ampliando seu campo de trabalho, conforme estratégias estabelecidas pelos setores dominantes para enfrentamento da questão social, consolidadas em medidas de políticas públicas. (IAMAMOTO, 2012, p. 90)

Pelo fato de o surgimento da profissão ter sido influenciada pela Igreja Católica, as ações de intervenção eram de cunho filantrópico, de ajuda ao próximo e norteadas pela “moral e bons costumes”. Sobre essa influência, Yazbek menciona que:

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social”. Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral. (2009, p.5)

Data-se que o Serviço Social surgiu no Brasil em 1936, com a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, estando totalmente imersa com o movimento da Igreja “Ação Católica”, no decorrer dos anos outras escolas foram surgindo com o mesmo viés. Na segunda metade da década de 1940 e no início de 1950 o Serviço Social brasileiro se tecnifica, em virtude da aproximação com o Serviço Social norte-americano e suas concepções voltadas à teoria positivista – sendo este o primeiro aporte teórico da profissão. (YAZBEK, 2009).

A profissão acrescentou através dessa influência, às metodologias utilizadas pelo Serviço Social, composta por uma tríade metodológica: o Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade. Em 1965 iniciou-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, visando repensar a profissão para adequar o

teórico, metodológico e a atuação à realidade vivida pelos sujeitos brasileiros, visto que a influência norte-americana que recebia não condizia com as necessidades, foi um movimento ímpar na história do Serviço Social no Brasil e na América Latina.

Nesse sentido, é importante citar o III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), que ficou conhecido como o “Congresso da Virada”, que ocorreu no ano de 1979 em São Paulo e representou uma ruptura da categoria profissional com a sua herança conservadora que carregava. Em meados de 1980, o Serviço Social introduziu a base referencial teórico marxista e expandiu a produção de conteúdo para a área.

Em relação a base para a construção da categoria, é relevante pontuar que fazendo parte da organização da sociedade, não está descolada da realidade, sendo assim participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento que existe entre elas, que é contraditório. Pois, as relações sociais:

Trata-se, portanto, de uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente. Entendida dessa maneira, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder etc., como também na profissão. (IAMAMOTO, 2012, p. 79)

O início da profissão foi marcado, como citado anteriormente, pela tensão entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, apesar de todas as mudanças que a categoria foi sofrendo no decorrer das décadas, a atuação na mediação dos interesses das classes se mantém, pois o modo de produção capitalista permanece. Sendo assim, não são apenas as relações das classes que são contraditórias, a atuação profissional também é, pois:

responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO, 2012, p.79)

O Serviço Social faz parte de uma categoria interventiva e crítica que possui um projeto ético-político. O seu direcionamento é voltado para o social apontando para um novo modelo de sociedade, que exista liberdade, compromisso com a autonomia, defesa dos direitos humanos, cidadania e democracia, que seja livre de injustiça sociais, preconceitos e desigualdade. Importante frisar que o Código de Ética da profissão de 1993 carrega o conjunto de todos os princípios que norteiam a prática profissional.

Atualmente o Serviço Social, de acordo com Fraga (2010, p.42), “[...] é reconhecido como profissão, uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do

trabalho, de nível superior [...]”. A categoria detém como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social, atuando nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde exercem suas competências e atribuições privativas que são pautadas pela Lei que regulamenta a profissão (Lei nº8.662, de 7 de junho de 1993). Segundo Yamamoto, o Serviço Social

se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes - a constituição e a expansão do proletariado e da burguesia industrial - e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. (2012, p. 84)

Após a breve contextualização histórica da categoria no Brasil, no próximo tópico será dissertado sobre a trajetória de inserção do profissional de Serviço Social na educação.

Inserção de Assistentes Sociais na Educação

Anterior a exposição da Lei de inserção de Assistentes Sociais e psicólogos na educação, é relevante pontuar que de acordo com o documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” do conjunto CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) – CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) (2014), a trajetória do Serviço Social não se iniciou com a criação da Lei, pois:

embora muitos tendam a afirmar que se trata de um debate ou de um campo novo, a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise. (CFESS-CRESS, 2013, p.15-16)

Sendo assim, apesar da Lei ser recente e algumas reflexões mais evidentes atualmente, existe uma caminhada já percorrida que culminou para a realidade atual de inserção da categoria. Podendo pontuar que a articulação da categoria com a Educação no Brasil começou em meados de 1930, especificamente em 1936 quando foi inaugurada a primeira escola de Serviço Social, portanto a relação ocorre desde a origem dos processos sócio-históricos de construção da profissão.

Como citado no capítulo anterior, a expansão do sistema capitalista veio acompanhado de novas necessidades sociais, sendo assim existe a urgência da institucionalização de novos profissionais para atender a essas problemáticas/demandas da população. Desse modo, sendo o

Profissional de Serviço Social fruto do capitalismo, imerso em uma sociedade de classe, inserido na divisão sociotécnica do trabalho e entrelaçado pelas relações sociais de produção e reprodução, tem suas ações e intervenções compreendidas como contraditórias pois, atendem aos interesses do capital e dos trabalhadores, sendo assim para esses autores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.75), o profissional “Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração, como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais.”

Na conjuntura da primeira metade do século passado, a educação se torna uma exigência da sociedade. Segundo (BARBOSA, 2015), isso ocorreu, pois, a inserção da elite industrial no contexto brasileiro inspirava a "elevação" social por intermédio da educação escolar. Em contraponto, às classes subalternas que eram representadas de certa forma pelos trabalhadores fabris, reivindicavam o acesso à educação escolarizada.

Compreendendo que o Estado tinha como responsabilidade responder às demandas sociais mediante o acréscimo de políticas sociais, a educação se configurou como uma destas reivindicações por direitos sociais. Em relação a isso, a partir da década 30 sucedeu a ampliação da educação escolar, incluindo os segmentos empobrecidos no contexto educacional, entretanto essa expansão ocasionou a observação de problemáticas causadas pela condição precária a que a classe trabalhadora estava submetida.

Com a observação de que a permanência da classe trabalhadora no sistema escolar seria um obstáculo e que essa problemática ultrapassava o contexto escolar, o Estado demandou a intervenção de outros profissionais para o enfrentamento dessa questão (BARBOSA, 2015). Nesse sentido, por volta da década de 40, os profissionais de Serviço Social são inseridos no espaço sócio-ocupacional, como um dos profissionais que atuaria na “adequação das crianças e adolescentes à lógica da escola”, ou seja,

O Assistente Social atua junto ao educando e sua família identificando os problemas sociais que repercutem no aproveitamento escolar propondo ações ou requisitando serviços que possibilitem a adaptação do escolar ao seu meio e ao ambiente escolar, promovendo o ajustamento social. Percebe-se uma tendência de estigmatização e culpabilização dos indivíduos, sob as bases do funcionalismo que hierarquiza as relações sociais e procura identificar disfunções na sociedade. (Wittiuk, 2004, p.26)

O Assistente Social, nesse momento na trajetória do sistema educacional atuou na articulação entre escola, família e comunidade, com o papel de ajustar as crianças e adolescentes que tinham dificuldades de se adequar a rotina escolar, isto é, segundo (BARBOSA, 2015, p.108), “[...] integrar a família à lógica da escola, que por sua vez é dinamizada pelos interesses

da classe dominantes.”

Como pincelado no capítulo anterior da presente pesquisa, a atuação do Serviço Social nessa época na escola não destoava das ações que eram executadas nos outros espaços ocupacionais, realizando a intervenção na perspectiva de ajustar e ou corrigir os indivíduos para “caber” ao meio que desejavam inseri-los:

[...] o Serviço Social tem por objeto remediar as deficiências dos indivíduos e das coletividades; quando se dirige ao ajustamento de um determinado quadro, ele o faz para sanar deficiências acidentais, decorrentes de certas circunstâncias, não de um defeito estrutural. O objeto será o mesmo materialmente, mas deferindo formalmente. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 202-203).

Realizando uma retomada do que foi exposto anteriormente, em meados da década de 40, a aproximação da categoria com o Serviço Social norte-americano, levou ao embasamento das práticas de acordo com essa influência exterior, trabalhando com os sujeitos como clientes, ou seja, trazendo a responsabilidade da situação que a população se encontrava para o indivíduo, culpabilizando os sujeitos. Segundo (BARBOSA, 2015, p.111), “Na educação escolar, o Serviço Social atuou junto à família-escola-comunidade no intuito de identificar os ‘males sociais’ apresentados pela família e pelos alunos, proporcionando um tratamento adequado para os desajustamentos sociais.”

De acordo com Witiuk (2004), constata-se, por meio de Trabalhos de Conclusão de Curso publicados na época de 1940, que a articulação entre Serviço Social e Educação no início, as ações profissionais neste âmbito estavam voltadas, especialmente, ao atendimento dos interesses da classe burguesa e do próprio capital, explícitos pelas demandas mencionadas pela unidade escolar.

A inclusão do Serviço Social no quadro escolar ocorreu devido à conjuntura nacional da época, em que a educação possuía um papel central no desenvolvimento do país para a promoção e ascensão social dos sujeitos. Entretanto, o movimento quantitativo de ingressantes oriundos da classe subalterna nas escolas não correspondeu a um processo considerado qualitativo, que deveria proporcionar o acesso ao direito à educação de maneira efetiva, ampliando as condições sociais e econômicas vivenciadas pelas crianças e adolescentes pobres, intensificando a precariedade do ensino.

Nesse sentido, os profissionais de Serviço Social são requeridos para responder às questões expostas pelo agravamento das relações nesse sistema capitalista, para “[...] proporcionar condições sociais e nutricionais para os indivíduos se manterem na escola”. Assim, combatendo o analfabetismo, a evasão e a repetência, formava quadros de indivíduos

aptos para o mercado de trabalho.” (BARBOSA, 2015, p.120)

A contradição presente nesse caráter obrigatório da educação e a necessidade de assegurar o acesso e a permanência dos alunos, culminaram na inserção dos assistentes sociais nesse meio. O agravamento das expressões da “questão social”, a tensão das relações visivelmente desiguais e a tentativa de controlar e adequar os sujeitos pauperizados à continuidade do ciclo da manutenção e reprodução da ordem burguesa vigente vão embasar as intervenções do Assistente Social na instituição escolar. Segundo isso, as ações pontuadas do Serviço Social na educação nesse período, podem ser sintetizadas como as principais:

Examinar a situação social e econômica dos alunos e suas famílias. Identificar casos de desajuste social e orientar pais e professores sobre o tratamento adequado. Orientar a organização e o funcionamento de entidades que congreguem professores e pais de alunos. Orientar as famílias no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias. Realizar triagem de alunos que necessitem de auxílio para material escolar, transporte, tratamento médico e dentário. Preparar relatórios e prestar informações sobre suas atividades. Manter articulação com os grupos da escola (professores, pais) e outras entidades comunitárias. Esclarecer e orientar a família e a comunidade para que assumam sua parcela de responsabilidade no processo educativo. (AMARO; BARBIANI; OLIVEIRA, 1997, p 52 apud WITIUK, 2004, p. 29-30).

Sendo assim, observa-se não somente no âmbito da educacional, mas em todos os outros segmentos que a atuação do profissional de Serviço Social durante a década de 40 até meados de 70, possuía um viés de culpabilizar a classe subalterna por sua situação de vida e tornar legítimo a disfuncionalidade e a incapacidade, ou seja, estigmatizar os sujeitos pobres como os desajustados, segundo as lentes do capital.

Novamente retomando a capítulos anteriores da presente pesquisa, a trajetória da categoria não permaneceu com esse segmento conservador, de estigmatizar e culpabilizar os sujeitos, no decorrer da sua construção ocorreram eventos e acontecimentos históricos que levaram ao rompimento gradativo desse viés, sendo algum deles: O Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil (1965), o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ficou conhecido como o “Congresso da Virada (1979), Código de Ética da profissão (1993) e a Lei que regulamenta a profissão - Lei nº8.662 (7 de junho de 1993).

Após novos desenhos sobre a atuação dos assistentes sociais, amplia-se novamente a inserção destes profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, não sendo diferente na Política de Educação. Nessa perspectiva, em virtude do princípio de descentralização das políticas sociais e da municipalização da educação, norteados na Constituição de 1988, ocorre o acréscimo de programas e projetos do Governo no âmbito das escolas municipais, decorrente da necessidade novamente de profissionais qualificados para executá-los, sendo o profissional

de Serviço Social um desses trabalhadores requisitados (BARBOSA, 2015).

Ainda utilizando como referência o documento (CFESS-CRESS) “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, é possível observar o processo mais recente do Serviço Social na Educação a partir do momento que realizaram a inclusão da temática na pauta de luta e organizaram ações sistemáticas para reflexão, debate e construção de novas perspectivas para a inserção.

Segundo o documento (2013, p. 9-13), as ações iniciam-se no ano de 2000 com a produção do Parecer Jurídico 23/2000, elaborado pela Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do CFESS, sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio, relacionando a pertinência da inserção do Serviço Social na educação a partir das atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993 e também das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e sua regulamentação nas instâncias de poder municipal e estadual.

No ano seguinte (2001), foi realizada a criação de um Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação pelo CFESS, que construiu a brochura intitulada “Serviço Social na Educação”; acompanhamento dos projetos de lei e das legislações já existentes no país a respeito do Serviço Social na Educação, que se tornou uma ação permanentemente trabalhada tanto pelos CRESS, como também pelo CFESS.

Em 2004, o CFESS solicitou a elaboração de um parecer, por meio da consultoria do Prof. O Dr. Ney Luiz Almeida sobre os projetos de lei que versavam sobre a inserção do/a assistente social na área de educação, que resultou no documento intitulado “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação”. Em 2005 foi instituída uma comissão de trabalho formada por representantes dos CRESS de cada região do país e de representantes do CFESS, apresentada durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS.

No ano de 2006, foi aprovada pela primeira vez, no 35º Encontro Nacional, a constituição de um Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação, do Conjunto CFESS-CRESS, composto por um/a representante dos CRESS de cada região (sudeste, nordeste, centro oeste, sul e norte) e mais quatro conselheiros/as do CFESS. No entanto, neste momento, não houve possibilidade de efetivar esta proposta.

Durante o período de 2008 e 2009, o Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação realizou a sistematização de leis e projetos de lei acerca do Serviço Social na Educação no âmbito municipal, estadual e nacional; incidiu para a ocorrência de adequação das legislações que apresentavam incorreções, tais como a identificação do Serviço Social com a política de

assistência social, bem como a necessidade da ampliação da concepção de “Serviço Social Escolar” para “Serviço Social na Educação”; gestão e acompanhamento frente aos projetos de lei e de emenda constitucional em trâmite no Congresso Nacional.

Já nos anos de 2010 e 2011, o Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação elaborou a metodologia para o levantamento de dados referentes à inserção de assistentes sociais na Política de Educação em todos os estados; produção de um roteiro, encaminhado aos CRESS, para orientar as discussões sobre serviço social na educação nos estados e regiões; sistematização dos dados coletados e enviados pelos Conselhos Regionais; produção e socialização do documento “Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação” como material base para novas discussões nos estados e regiões; levantamento das produções bibliográficas, entre o período de 2000 a 2010, acerca da temática.

Em 2012, foi realizada a articulação, mobilização e participação nos debates estaduais e regionais a partir do documento “Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação”, como atividades preparatórias para o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação; sistematização dos relatórios dos debates estaduais e regionais para subsidiar o processo de construção dos materiais elaborados pelo GT; atualização do levantamento sobre as legislações municipais, estaduais e federal, já implementadas ou em tramitação, que tratam da inserção de assistentes sociais na Política de Educação; realização do Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, nos dias 4 e 5 de junho, em Maceió (AL), que contou com a participação de 1.100 pessoas.

A partir dessas mudanças, se torna um desafio para a profissão a atuação voltada para a garantia de uma educação de qualidade, compreendendo a educação pública como um direito social, realizando as intervenções profissionais em concordância com os princípios ético-políticos da categoria. Uma vez que a atuação do assistente social no campo educacional não se limita a ações individuais e focalizadas apenas no público estudantil, abrange, também, ações com a família e/ou responsáveis pelo estudante, com a equipe escolar, com os profissionais que fazem parte da rede de serviços e políticas, bem como a articulação com movimentos sociais e coletivos.

Portanto, pode-se ressaltar que as intervenções coletivas do Assistente Social na Política de Educação possuem grande relevância para a garantia do direito à educação e seu acesso afetivo.

Assim, demonstra-se a importância do assistente social (profissional do serviço social) integrar a equipe de ensino da área de educação, pois podemos contribuir com melhoria das condições da constituição do Direito à Educação Pública, atuando principalmente no processo de inclusão de crianças e adolescentes em idade escolar (CFESS, 2002, p.12)

Ainda de acordo com o documento “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”, no que se refere ao exercício profissional do Serviço Social no âmbito da educação, são pontuadas seis dimensões da intervenção, direcionando ações estratégicas que unem os aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão. Sendo elas:

A primeira dimensão diz respeito às intervenções individuais, com as famílias e/ou responsáveis pelos educandos e as voltadas aos profissionais que compõem o âmbito educativo. Pois, neste ponto ocorre, com frequência um equívoco por parte das demais categorias profissionais e dos próprios usuários em considerar que essa é a única intervenção profissional do Serviço Social no ambiente escolar. Essa dimensão profissional é relevante para a viabilização aos direitos, tal como para a definição de planos de enfrentamento das violações de direitos, porém, não é, e nem deve ser a única intervenção realizada por esses profissionais (CFESS, 2014).

A segunda dimensão, segundo o CFESS (2014), é a atuação coletiva em conjunto com movimentos sociais. Essa ação fortalece a luta pela garantia do direito à educação pública, de gestão pública, laica, gratuita e de qualidade, sendo direcionadas aos interesses da classe trabalhadora. Sendo assim, a articulação com os movimentos sociais proporciona a abertura dos contornos profissionais, usufruindo de uma postura profissional ligada aos preceitos de uma educação democrática, crítica e que reflete a realidade social dos sujeitos.

A terceira dimensão, diz respeito à ação investigativa do Serviço Social que necessita estar estruturada com outras dimensões do trabalho profissional:

a essa ação uma apreensão ampla das condições objetivas e subjetivas das situações que são demandas ao atendimento na rotina profissional. Sendo assim, essa dimensão é importante para que este profissional compreenda para além do que pode ser visualizado imediatamente, possibilitando a construção de estratégias e intervenções para a garantia dos direitos (CFESS, 2014).

A quarta dimensão refere-se à possibilidade de campo interventivo para o profissional e se refere à introdução do Assistente Social em espaços democráticos de controle social, possibilitando meios para estimular a participação dos estudantes, famílias, trabalhadores da comunidade escolar nos fóruns da sociedade civil, conselhos de direitos e conferências. Nesse aspecto, a atuação profissional tem de ser de qualidade para a cooperação nos debates e para reforçar a relevância do envolvimento nessas instâncias. (CFESS, 2014).

A quinta dimensão trata-se de uma ação de cunho educativo, da socialização de informações e conhecimentos aos usuários. A partir da exposição das informações sobre direitos sociais, políticas públicas, programas, projetos e serviços de atendimento à população, a comunicação se torna um meio para a cidadania dos sujeitos, garantindo a democratização do conhecimento. (CFESS, 2014).

No que se refere à sexta dimensão, tem-se o planejamento e execução de bens e serviços, bem como a atuação na gestão da política. Conforme preconiza o referido documento orientador (CFESS, 2014), os espaços de gestão e planejamento não são exclusivos da atuação do Serviço Social, porém, este profissional dispõe competência técnica, teórica e política que possibilita ações qualificadas para esses espaços. Desse modo, compreende-se que o planejamento e a participação na gestão se transformam em uma ação política. Um processo permanente de reflexão, decisão, de ação e retomada da reflexão, que, por acontecer na realidade social, é dinâmico e se transforma em um elemento que potencializa o processo político-decisório, por meio de trocas entre diferentes sujeitos e ações intersetoriais.

Portanto, entende-se que a direção que embasa essas seis dimensões para a atuação profissional na Educação pública Brasileira, se apoia na defesa e garantia de uma educação que de fato seja reflexiva, crítica, que aponte para a emancipação humana e para a cidadania plena. Tendo as ações fundamentadas pelo projeto ético-político da profissão, ou seja:

A atuação profissional de assistentes sociais na defesa dos processos de gestão democrática da escola e da própria Política de Educação não pode estar dissociada, portanto, dos processos de luta pela democracia [...]. Atuar nessa direção traz como desafios o reconhecimento dos vínculos entre a dinâmica própria aos estabelecimentos educacionais, seus diferentes sujeitos singulares e coletivos e os processos políticos que particularizam a luta pela democracia na sociedade brasileira, com traços que forjam nossa cultura política. (CFESS, 2014, p.48).

Sendo assim, faz-se extremamente relevante a exposição da trajetória da inserção do Profissional de Serviço Social na Educação para analisar e refletir sobre as mudanças que ocorreram na perspectiva de atuação da própria categoria e que conseqüentemente alteram as lentes do trabalho na educação, para:

[...] analisar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mais como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação a estratégias de luta pela conquista da cidadania, através da defesa dos direitos sociais e das políticas sociais (ALMEIDA, 2000, p.2)

É fundamental ainda expor que, em conjunto com as complexidades do Serviço Social na Educação, tem-se uma expressiva aquisição para a categoria, sendo ela a promulgação da

Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Sendo ela:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do artigo 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (PLANALTO, 2019)

Sobre isso, segundo o CFESS (2019), foram aproximadamente duas décadas de lutas da categoria para a ratificação desta lei, tendo em vista que até a presente data de promulgação, o Assistente Social não era reconhecido legalmente como um profissional da educação.

A inserção desse profissional nas redes públicas de educação básica, e mais abrangente na política de educação, se incorpora na perspectiva de garantir o acesso aos direitos sociais, como direito do cidadão e dever do Estado. O trabalho desses profissionais, pertencendo a equipes multiprofissionais em conjunto com professores, pedagogos e entre outros, sem objeção, possibilitará um atendimento e atenção integral à equipe técnica e aos discentes em seu processo de ensino-aprendizagem em todas as suas questões, ou seja:

A política de educação, especialmente a educação básica, é reconhecidamente um espaço que encerra uma amplitude de possibilidades de intervenção do assistente social, no sentido de efetivar juntamente com os outros sujeitos que atuam nessas instituições um trabalho coletivo dirigido à ampliação e conquista dos direitos sociais e educacionais (MARTINS, 2012, p.260).

Contudo, mesmo com a evolução do meio legal, na prática o exposto em lei ainda não foi instaurado, em sua grande maioria justificado pela excepcionalidade vivida no contexto de pandemia da COVID-19, que modificou a forma de vida da humanidade e com inferências específicas na articulação e desenvolvimento da dinâmica escolar, dadas as condições exigidas de isolamento social para evitar a disseminação da doença.

Em relação a isso, observa-se que os Profissionais de Serviço Social ainda possuem muitos desafios a serem enfrentados, portanto, existe a necessidade da luta permanente para a reafirmação e a efetivação dos direitos conquistados por essa categoria. Especificamente nesse

período pós pandêmico que apresenta dados alarmante da situação educacional no país principalmente em relação a população subalterna como introduzido no item acima “Educação e a desigualdade social”, faz-se indispensável a intervenção de um profissional capaz de realizar, “à construção de ações que incidem diretamente na cidadania dos segmentos marginalizados”. (AMARO, 2011, p. 104).

A partir dessa compreensão geral da historicidade do Serviço Social, sua inserção no ambiente educacional e o exercício profissional do assistente social na Política de Educação vigente, o capítulo que se segue, trará como exposição a trajetória da inserção do Profissional de Serviço Social na Educação na Cidade de Limeira/SP.

3 A EDUCAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL NA CIDADE DE LIMEIRA/SP

O município de Limeira, segundo informações da Prefeitura da cidade está localizado a 154 quilômetros a noroeste da capital do Estado de São Paulo e a 55 km de Campinas. Com aproximadamente 300 mil habitantes e com 196 anos de existência, a cidade é circundada por três das principais rodovias do país: Anhanguera, Bandeirantes e Washington Luís e fica a pouco mais de duas horas do porto de Santos, o principal do país.

Possui uma economia diversificada, com destaque para o setor industrial automotivo e alimentício. Em 2017, a cidade recebeu o título de Capital Brasileira da Joia Folheada e, junto ao governo do estado de São Paulo, tornou-se o MIT (Município de Interesse Turístico), com ênfase no turismo de negócios e rural. Em sua história, Limeira foi um dos primeiros municípios do país a receber imigrantes europeus e atualmente as fazendas históricas resgatam esta época. A cidade foi escolhida para a pesquisa pelo fato de ser referência na inserção dos profissionais de Serviço Social na Educação pública no Brasil.

O município de Limeira tem sido alvo de inúmeras pesquisas justamente pelo longo tempo de existência do trabalho do assistente social na educação, além da evolução relevante da atuação profissional acompanhando o acúmulo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que vem sendo efetivado pela categoria profissional, notadamente sobre a área da educação, com o apoio do conjunto CFESS/CRESS [...] (FÉRRIZ; MARTINS; ALMEIDA, 2020, p.9)

3.1 Gestão e Serviço Social

O material utilizado como base para a construção do início desse capítulo foi do “I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação” de 2019 publicado pela UNESP (Universidade Estadual Paulista), onde as Assistentes Sociais responsáveis pela gestão do setor de Serviço Social Educacional da Secretaria Municipal da Educação de Limeira dissertam sobre a política de Educação, as contradições enfrentadas e os resultados obtidos que apontam para o potencial deste lugar de gestão.

Compreendendo que, a gestão é uma das atribuições e campo de trabalho de profissionais de Serviço Social e que após a Constituição Federal de 1988 houve uma ampliação em sua requisição. Como cita Teixeira, “(...) existe uma “grande demanda municipal, estadual e federal para o planejamento, a gestão e formulação de políticas públicas nos marcos jurídico-políticos da Constituição Federal de 1988” (2009, p. 554), que caminhou no conceito de direitos sociais, resultado das lutas de abrangentes segmentos da sociedade, estabelecendo os princípios da gestão federal, da participação popular e do controle social, confirmando assim, o Estado

Democrático de Direito.

As autoras Torres e Lanza (2013, p. 207) citando Paulo Netto (1992) mencionam que que as “[...] políticas sociais estão imbricadas com o trabalho desenvolvido pelo assistente social desde o início da profissão”, visto que a profissionalização da categoria tem como base as formas que o Estado burguês encara as expressões da questão social, e como citado anteriormente, para enfrentar essas tensões têm demandado, “[...] agentes técnicos em dois planos: o da sua formulação e o da sua implementação.” Paulo Netto (1992) afirma ainda que, o assistente social é reconhecido como “executor terminal” dos serviços, programas e projetos implementados por meio das políticas, contribuindo na reprodução das “determinações estabelecidas pelo Estado”.

Essa requisição da categoria, além de ser vista como uma conquista, carrega consigo novas responsabilidades profissionais, a expansão do campo de atuação exige a expansão do conhecimento, sobre isso Teixeira expõe que:

Requisições inéditas são inauguradas nos marcos da divisão intelectual do trabalho, novas interpelações são postas, novas respostas profissionais são exigidas, tanto no campo investigativo quanto no da intervenção, quer redefinindo funções predominantes nos espaços profissionais consolidados do Serviço Social, quer abrindo novos espaços no mercado. Entre outras, abrem-se as possibilidades ao seu ingresso no complexo campo da formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, planos, programas e projetos sociais, impondo a apropriação de conceitos e procedimentos para a atuação nesse largo e diversificado espectro de relações de gestão em âmbito institucional e não institucional. (TEIXEIRA, 2009, p. 554).

As autoras Torres e Lanza (2013, p. 208) expõem ser um avanço contemporâneo, especialmente, nas políticas de seguridade social, habitação e educação, o assistente social ser convocado a ser “planejador do processo de gestão” e “executar a gestão das políticas sociais”, o que tem exigido a aquisição de diversificados saberes para empenho da função de gestão.

Diferentemente do trabalho do profissional de serviço social na educação, Almeida (2017) aponta o campo da gestão desse profissional na política de educação, como algo extremamente novo e de pouca visibilidade nas produções acadêmicas e bibliográficas.

Ainda sobre isso, Paiva (2000, p. 90) explica que a temática da gestão cerca-se de várias noções e conceitos provenientes da área da administração contidos, essencialmente, nos termos de eficiência, eficácia e efetividade; diferenciações das funções gerenciais – planejamento, organização, direção e controle; distinção dos níveis organizacionais – estratégico, tático, operacional, dentre outros, os quais segundo a autora, “[...] podem ser úteis e facilitadores da organização do projeto de intervenção do assistente social” no exercício da função de gestor, “dependendo do uso que se faça deles.”

Outro desafio da atuação no campo da gestão, segundo Torres e Lanza (2013, p. 208) é o de não acabarem como uma mera reprodução dos serviços, programas e políticas já determinados, mas de construir, coletivamente, estratégias e respostas profissionais que cooperem na formulação de políticas públicas e sociais de cunho universalista e democrático, submetidos ao controle social do poder público e sociedade civil organizada.

De acordo com os “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (CFESS, 2013, p. 20), existe a necessidade de possuir uma capacidade analítica e propositiva da categoria em apreender “o significado estratégico da política educacional, do ponto de vista das requisições do capital” que, em sua essência, “[...] ainda cumpre funções importantes nos processos de produção de consensos em tempos de crise do capital e de necessidade de recomposição das taxas de acumulação” orientada por organismos multilaterais, conferências mundiais sobre educação e pela “[...] transposição da pedagogia empresarial ao campo educacional.”

Pois se o significado da política educacional não estiver claro na atuação, implicará na multiplicação de equívocos e práticas que não compactuam com o projeto ético-político, ou mesmo, na concretização de uma educação emancipadora como impressa nos “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, como, o reforço às formas de seletividade no acesso aos direitos sociais; repetição de determinações institucionais com o foco em excluir indivíduos e grupos no atendimento de suas necessidades sociais; responsabilização e “enquadramento” de indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social pela baixa adesão às determinações da instituição ou mesmo programas e projetos.

Conforme salienta as autoras Raichelis (2000, p. 15) e Paiva (2000, p. 90) as características fundamentais da gestão das políticas públicas, as quais devem contribuir no fortalecimento democrático dos espaços públicos, essencialmente, dos espaços de deliberação e de gestão das políticas sociais, por meio da: ampliação de fóruns da sociedade civil, do enfrentamento à tendência de despolitização da sociedade civil explicitando os diferentes projetos em disputa, da interlocução entre sociedade civil e Estado fortalecendo iniciativas democratizantes nos aparatos governamentais, considerando, a construção de uma nova institucionalidade pública e, do desencadeamento de ações que estimulem o desenvolvimento de uma sociabilidade pública, preparado para “[...] refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos”.

É pensando nessa perspectiva que esse capítulo inicia-se problematizando o lugar da gestão desempenhado pelos assistentes sociais com o objetivo de contextualizar as requisições institucionais, as principais contradições enfrentadas e as suas contribuições no campo da

autonomia técnica. A seguir, será realizada uma revisitação da história para compreender como a gestão no Setor de Serviço Social Educacional de Limeira/SP tornou-se uma referência.

3.2 A Escola e o Serviço Social

De acordo com o documento “I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação” (2019), no capítulo “O lugar da gestão do setor de serviço social educacional na secretaria municipal da educação de Limeira/SP” menciona que anteriormente à LDB de 1996, as chamadas creches eram gestadas pela Política de Assistência Social em todo o país, no auge do assistencialismo, paternalismo, clientelismo e da filantropia. Na cidade de Limeira, a atuação de assistentes sociais em creches está presente ao final da década de 1960, quando a autarquia de Serviço Social Municipal denominada, CEPROSOM (Centro de Promoção Social Municipal) é criada (BÜLL, 2010, p. 76).

Após 4 anos o país é arrasado pelo golpe militar de 1964, nesse período o requerimento dos assistentes sociais na gestão das creches ocorre desde a sua origem no município. Indicando a relevância deste profissional, na esfera estatal, para responder à intensificação da desigualdade social e da intervenção para apaziguamento das expressões da luta de classes na época.

Nota-se nos depoimentos e nas fontes documentais do período de 1972 a 1996 que as creches, articuladas à oferta de outros bens e serviços, representaram relevantes melhorias nas condições materiais da reprodução social, principalmente, dos munícipes em situação de extrema vulnerabilidade social. Sendo assim, ao longo deste período, o setor de creche no CEPROSOM foi se consolidando, coberto, de um forte viés “voluntarista” (BÜLL, 2010, p. 79). Verificou-se também, que os profissionais de serviço social que ocupavam a função de gestor no executivo municipal eram com frequência convidados a lecionar na Faculdade local, tal prática é frequente ainda na atualidade.

Relevante pontuar que ainda nesse período os assistentes sociais que atuavam na gestão das creches eram “qualificados” na área da administração e em outras áreas; atribuindo-lhes, essencialmente, a gestão/administração de aproximadamente 15 unidades escolares; a oferta sistemática de formações e capacitações sobre o desenvolvimento infantil desenvolvidas por equipes multidisciplinares e dirigidas aos profissionais que atuavam nas creches; supervisão da equipe; definição de ações para ampliar a participação das famílias nas creches, entre outros.

Em resumo, durante o período de 1972 a 1996, a atuação profissional no campo da gestão das creches organizava-se na perspectiva assistencialista, porém, estabeleceu-se em apreender a dimensão da gestão nas práticas; realizar a prestação de serviços de qualidade à

população e, a compreender as contradições e desafios das políticas, programas e projetos presentes no cotidiano profissional, dos marcos do denominado Serviço Social tradicional.

Entretanto, a reprodução das requisições institucionais citadas acima, aconteceu com maior vigor, em uma década de profundas transformações no Serviço Social brasileiro e na América Latina e dos avanços que a Constituição Federal de 1988 trouxe.

Recordando o período de 1997 a 2007, a Prefeitura Municipal de Limeira, concebe o cargo de assistente social na Secretaria Municipal da Educação (Lei Complementar 189 de 1997) em um contexto de municipalização do ensino fundamental e a integração das creches e pré-escolas ao sistema municipal. Normatizando assim a inserção dos assistentes sociais na política de educação.

A autora Büll (2010, p. 72) citando Martins (2007) expõe que a promulgação da LDB em 1996 e as determinações nela inscritas foram decisivas à inserção de assistentes sociais na estrutura das Secretarias Municipais da Educação e na implantação do Serviço Social no âmbito da política de educação nos municípios.

No município de Limeira, isto foi agregado à decisão política do governo de prever no quadro de funcionários da Secretaria Municipal da educação, os assistentes sociais, indicando em seu planejamento, que a transição das creches da Política de Assistência Social à Educação, culminaria, no futuro, com profissionais de Serviço Social e outras categorias profissionais contratadas por concurso, visto que anterior aquele momento a maioria dos trabalhadores das creches eram celetistas e de outra autarquia/secretaria.

Em meados de 1997 a 1999, com a implantação da LDB, os assistentes sociais passam a não realizar mais a gestão das creches, o que provoca inseguranças e equívocos quanto à especificidade da atuação na educação, porém, o Setor de Serviço Social é criado na Secretaria da Educação e gerenciado por uma assistente social, por meio, de um cargo de chefia. Simultaneamente, em 1997, a então Secretária da Educação, membro do Comitê Executivo do Programa de Gestão da Qualidade Total na Educação desde 1995, oferta capacitações aos diretores, assistentes sociais e progressivamente aos professores, para realizar o alinhamento da atuação destes no processo de gerenciamento da qualidade totalitária da educação.

A autora Büll (2010, p. 94) faz uma crítica crucial, ao Serviço Social Escolar (assim nomeado em 2000) por ter incorporado em sua gestão, planejamento (estratégicos e operacionais) entre outros procedimentos técnico-organizativos até 2006, os princípios ideopolíticos da metodologia da qualidade total da educação que definiam a realização de “[...] serviços eficientes, efetivos e eficazes para os fornecedores, parceiros e principalmente seus destinatários (clientes externos e internos)”:

Fica claro a forma que a metodologia da qualidade – que aqui consideramos não ser somente um conjunto de ferramentas a favor de melhorias na Educação, mas uma forma de apontar e fortalecer um novo conceito de Educação, pautado em diretrizes empresariais, que a transformam em mercadoria e institui a lógica da concorrência entre as instituições educacionais – passou a permear inclusive a linguagem utilizada no meio educacional no município de Limeira, incluindo o setor de Serviço Social [...] na contramão das diretrizes e princípios que orientam o Projeto Ético-Político profissional. (BÜLL, 2010, p. 94-95).

Relevante pontuar que no ano de 2000, ocorre a realização do primeiro concurso público para preenchimento dos cargos de assistentes sociais na educação, voltando a ocorrer nos anos de 2004 e 2017 e, a ampliação da atuação do Serviço Social nas EMEIEFs (Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental), o que foi um marco na trajetória do setor, por enfatizar na Educação Infantil, sua gestão, planejamento e execução. Neste sentido, em 2003, a gestão do setor elaborou um plano de ação para estruturar tal ampliação na rede municipal de educação.

No ano de 2005, o Conselho Municipal da Educação aprovou o Plano Municipal de Educação para os anos de 2005 a 2015 que conformou, dentre os objetivos, metas e ações estabelecidas, a inserção do Assistente Social no quadro de funcionários da Secretaria Municipal da Educação, como profissional de apoio técnico.

Nota-se assim, que a gestão do Serviço Social Escolar ao executar as requisições institucionais neste período de 1999 a 2006, contraditoriamente, vai construindo possibilidades de ampliação da atuação profissional na Política de Educação, o que contribuiu na aquisição de forças para enfrentar as condições adversas à direção do projeto ético político.

No período de 2007 a 2017, alguns acontecimentos relevantes aconteceram, como por exemplo: o Curso de Sistematização da Prática Profissional realizado em 2007; a participação do Setor no CBAS, interessante pontuar que a partir de 2007, o Setor apresentou o seu trabalho em todos os Congressos da categoria; intensificação da jornada de trabalho dos assistentes sociais que passam, em sua maioria, a atender duas unidades escolares em 2008 e, a participação do Setor na Conferência Mundial de Serviço Social em 2009.

Nos anos de 2010 a 2011, a gestão do Setor de Serviço Social Educacional fez parte de uma comissão para elaboração de um Regulamento Interno das Escolas da Rede Municipal de Ensino e, nessa oportunidade, foi a primeira vez que de forma oficial, são delineadas as competências e atribuições do Serviço Social, a serem desempenhadas dentro das escolas, que foram resultados de um processo participativo de discussão da equipe, qualificando o diálogo da gestão tanto intra e intersetorialmente, quanto, no Conselho Municipal de Educação e outros conselhos de direitos.

O Conselho Municipal de Educação, em 2011 aprovou o Regimento Interno das Escolas da Rede Municipal de Ensino, o qual no mesmo período (2011-2012) realizou várias reuniões descentralizadas para análise de seu regimento. E, dentre os aspectos revistos, o Serviço Social Escolar passa a ter representação na nova organização do Conselho (aprovado por unanimidade) em 2012, indicando, dentre outros, as possibilidades de articulação do setor na Política Municipal da Educação e da expressiva participação da equipe nas reuniões do conselho, quando ainda eram considerados apenas como observadores.

Ainda sobre o ano de 2012, é importante expor as contribuições do Setor na organização do Encontro Estadual de Serviço Social na Educação em Limeira /SP e, na participação das oficinas que antecederam o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, os quais estruturaram as produções sobre o tema no Brasil e apontaram a correção da concepção de Serviço Social Escolar a Serviço Social na Educação, aspirando à construção dos Subsídios para a atuação dos assistentes sociais, que foi publicado em 2013.

No encerramento do período da gestão do setor que durou de 1999 a 2012, que uma das atribuições da gestão desde 2000, ocupava-se à elaboração de justificativas e comprovação de documentos de forma regular, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em razão, essencialmente, do financiamento de um Setor de Serviço Social Escolar na Política de Educação, o que a partir do ano de 2013, não foi mais requisitado.

Ressalta-se que na retirada do assistente social da gestão em 2013 (tal profissional geriu o setor do ano de 1999 a 2012), impõe-se ao outro profissional, trazer novo significado a este campo da gestão “ocupado” há mais de 20 anos pelo profissional de Serviço Social na Educação, em conformidade, aos desafios atuais da política municipal da educação em consonância ao documento dos Subsídios (CFESS, 2013), e manter, os avanços já conquistados. incluindo, a histórica representatividade do setor nos conselhos de direitos e comissões afetas às políticas públicas e, qualificar a interlocução intra e intersetorial do setor no desenvolvimento de suas atribuições na política de educação.

Em 2013, a gestão do Setor e um membro da equipe são convidados a fazer parte da gestão da política de assistência social, isso demonstrou um reconhecimento das contribuições profissionais no campo da gestão. Por outro lado, assume a gestão do setor, um membro da equipe, com experiência na gestão em políticas públicas.

Assim, de 2013 a 2017, a nova gestão do Setor, a partir dos “Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, estrutura os processos de trabalho à concepção de uma educação emancipatória e à pedagogia histórico-crítica impressa na gestão da secretaria, mas, sobretudo, nos currículos mínimos da educação. Sendo assim, a equipe é capacitada e

requisitada a atuar na ampliação do acesso à vaga em creche; no combate à evasão e baixa frequência escolar; combate ao trabalho infantil; combate ao analfabetismo; elevação do IDEB (Índice de Desenvolvimento Educacional da Educação Básica), por meio, sobretudo, da ampliação da cobertura do setor às Unidades Escolares da rede pública municipal, o que contribuiu efetivamente e diretamente na Política de Educação, e intensificou as condições do trabalho profissional, sendo algumas delas: expressas no atendimento de até 3 escolas; na diminuição dos espaços coletivos de decisão e capacitações técnicas; no adoecimento profissional e, requisições institucionais deliberadamente restritivas e equivocadas quanto à atuação do Setor na Política de Educação.

Entretanto, no ano de 2017 tal quadro estabeleceu à gestão do Setor o desafio da construção do planejamento estratégico, conformando o primeiro Plano Trienal do Setor de Serviço Social nos seus 20 anos, o qual estabeleceu os objetivos, ações estratégicas, resultados esperados e indicadores organizando em planos operacionais anuais para viabilização do monitoramento e avaliação do Plano.

Cabe ressaltar que todo o processo de formulação foi, inicialmente, formativo e organizado coletivamente para trocas e construção de novos saberes em consonância com a direção social do projeto ético político; “Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, Plano Municipal da Educação e, outros documentos. Sendo assim, o planejamento, neste caso, foi realizado primando os princípios de liberdade e democracia, fortalecendo o coletivo para os enfrentamentos necessários à sua materialização em tempos de profunda crise e ofensiva do capital e, de austeridade fiscal nas administrações públicas. Teixeira (2009, p. 560)

Portanto, o campo da gestão do Serviço Social na Política de Educação se consiste em um grande desafio para a categoria profissional que tem sua atuação, essencialmente, nas Políticas da Assistência Social e Saúde, sendo assim desse fato observa-se o caráter inacabado deste trabalho, o qual se tem a intensão de continuar a discuti-lo, refleti-lo, para ampliar as contribuições nesse campo lugar na Política de Educação.

Assinala-se assim, que ao problematizar o lugar da gestão no Serviço Social Educacional surgem ainda mais perguntas sobre como as diferentes perspectivas de gestão adotadas ao longo dos 20 anos interviram na Política Municipal de Educação e, acima de tudo, o reconhecimento de como é estratégico este lugar da gestão para preparar as respostas profissionais frente às requisições institucionais, levando em consideração a educação emancipatória e a direção social do Projeto Ético Político.

Como expressão representativa da atuação profissional podemos mencionar como

resultado significativo o fato do município de Limeira ter sido contemplado com o prêmio “Parcerias Municipais - Cases Inovadores 2022”. A premiação foi direcionada para o setor da educação. O prêmio foi recebido pelos seguintes representantes: Prefeito (Mario Botion), Vice-prefeita (Erika Tank), Secretário de Educação (André de Francesco), Diretora pedagógica (Adriana Dibbern Capicotto), e a chefe do Serviço Social Educacional (Maria Helvira Andrade). O evento para a entrega ocorreu no Palácio dos Bandeirantes, e participaram da solenidade, o governador João Dória e o vice-governador, Rodrigo Garcia.

A Prefeitura de Limeira, conquistou o prêmio por meio da Secretaria de Educação, na categoria “universalizar o acesso à pré-escola”, com a prática do Projeto “Nenhum estudante para trás: a experiência da busca ativa escolar do município de Limeira”, que foi desenvolvido pela Secretaria de Educação durante os períodos mais críticos da pandemia da COVID-19. O objetivo do Projeto foi para a criação de um processo, que envolvesse toda a rede, para os alunos não perderem o vínculo com o ensino e também trazê-los de volta para o âmbito escolar. Em relato, o Prefeito Mario Botion mencionou que, “[...] é mais uma conquista do trabalho que desenvolvemos com muita seriedade na área de Educação. Fomos reconhecidos por um projeto realizado num momento bastante delicado, que foi a pandemia”.

3.3 Trabalho do Assistente Social na Educação em Limeira/SP

A pesquisa possui uma natureza qualitativa, e esse método foi escolhido pois possibilita um maior aprofundamento nos fenômenos apresentados perante a temática e o território delimitado sobre o trabalho do profissional de Serviço Social no Município, sendo possível analisar para além dos números, pois segundo Minayo essa metodologia:

responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.63)

Os dados foram coletados através de entrevistas realizadas na modalidade online (via Google Meet), devido à localização da pesquisadora ser distante das entrevistadas, impossibilitando assim a entrevista presencial. As perguntas feitas tiveram um roteiro estruturado anteriormente, mas com perguntas abertas. As duas entrevistas realizadas foram gravadas (apenas gravação de áudio) e anterior a isso o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi devidamente preenchido e assinado pelas entrevistadas e pela pesquisadora.

Para melhor aproveitamento das informações, as duas entrevistas foram inteiramente transcritas para analisar e interpretar a realidade vivenciada pelas profissionais, sendo assim qualquer transcrição de parte das entrevistas é totalmente autêntico as respostas e relatos mencionados no decorrer das perguntas.

A escolha das entrevistadas se deu a partir da pesquisa de qual cidade no Estado de São Paulo já havia implementado o Serviço Social nas Escolas, Limeira foi a única cidade encontrada. A partir disso foi realizado contato e disponibilizado o acesso a duas Assistentes Sociais com atuações diferentes, a primeira em um cargo de gestão na Secretaria de Educação da cidade e a segunda atuando diretamente no contexto escolar em 2 escolas. Importante mencionar que ao longo da pesquisa os nomes reais das entrevistadas não serão expostos, sendo assim os nomes utilizados são meramente fictícios. A seguir, será exposto um breve resumo sobre a trajetória profissional de cada uma até a chegada na Política de Educação:

Violeta - Primeira Profissional entrevistada

Graduada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (Limeira), no Trabalho de Conclusão de Curso e posteriormente a dissertação do Mestrado (2001) teve sua pesquisa voltada para os Movimentos Sociais. Realizou duas especializações, uma em Gestão Pública e Gerência das Cidades na UNESP Araraquara (Universidade Estadual Paulista) e a outra em Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente. Atuou em 2005 na Cidade de Campinas em uma ONG (Trabalho desenvolvido com crianças e adolescente em uma Comunidade – Satélite Iris), em 2006 começou a atuar como Assistente Social concursada na Secretaria de Educação em Limeira. Atuou durante 7 anos diretamente com duas Escolas de Educação Infantil e Fundamental.

Em 2012 é convidada a fazer parte da gestão da política de Assistência com funções na coordenação da educação permanente dos trabalhadores do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Em 2016 retorna à Secretaria de Educação para participada da gestão ampliada do setor, participou do planejamento e na elaboração do plano trienal. Após assumiu as funções do planejamento estratégico. Atualmente continua na gestão, no setor de monitoramento e avaliação e está como coordenadora da supervisão técnica de equipe.

Catarina – Segunda Profissional entrevistada

Graduada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (Limeira), realizou um aprimoramento através do FCM UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) sobre Atendimento aos Acidentados de Trabalho. Cursou extensões nas áreas de: Educação, Inclusão em Saúde e Assistência.

Atuou no setor da saúde, em uma OSC's no atendimento à população de risco e em vulnerabilidade social. Trabalhou no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) na área do PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) com crianças e adolescentes em acolhimento institucional. A atuação nas Escolas em Limeira começou em 2011 e se deu ainda quando era intitulado Serviço Social Escolar. Atualmente realiza o acompanhamento de duas escolas municipais.

3.4 Compreendendo a Atuação Profissional: organização do trabalho, intervenção com os alunos e suas famílias

Antes de mencionar os eixos de análise definidos, vale pontuar que a escolha das profissionais de diferentes vivências na Educação foi proposital, analisando a possibilidade de refletir sobre a relevância do Serviço Social dentro das escolas e no campo da gestão, sendo assim, ao expor as citações das profissionais serão analisados de dois campos de atuação divergentes.

Os eixos para a análise foram definidos a partir da escuta das gravações das entrevistas juntamente com a leitura da transcrição para separar os pontos que melhor respondem aos questionamentos da pesquisa.

Interessante pontuar que no decorrer das duas entrevistas realizadas foi possível fazer ligações com os outros capítulos da pesquisa. Possibilitando a relação da teoria do papel do Assistente Social na Educação com a atuação, com a rotina de trabalho e principalmente com o compromisso com a garantia de direitos.

Para iniciar as análises das entrevistas, o primeiro eixo escolhido foi sobre a prática profissional das Assistentes Sociais na Educação, visto que como citado anteriormente apesar dessa reflexão não fazer parte de um campo recente e desconhecido pela categoria, ainda existem dúvidas frequentes sobre o que esse profissional faz na política de educação.

A análise começará com a organização do trabalho profissional. Será realizada a exposição das falas que a profissional mencionou quando foi perguntado como o trabalho na Educação era organizado, e segundo a primeira Assistente Social entrevistada, a gestão está:

[...] assentada pelo menos em três partes: planejamento, avaliação e na execução. Quando se pensa em um planejamento, por exemplo, não é um planejamento a nível de um plano de trabalho na escola, ali o nosso planejamento tem sintonizado às demandas do nosso trabalho e está articulada às demandas e necessidades da política da educação. Ela não se dá de forma endógena, é por ela mesmo, por dentro do setor. Não é um espaço do serviço social por ele próprio, mas é a atuação do serviço social dentro da educação.

[...] nós, assistentes sociais nós não somos chamadas só para pensar a atuação da mesma, nós também somos chamadas a fazer resoluções; então nós escrevemos conjuntamente com o departamento pedagógico na qual nós fazemos parte e uma supervisão uma resolução que chamamos de "sou presente" que é uma resolução que trata de ações para diminuir a baixa frequência. A gente incorpora os conhecimentos da área do serviço social à resolução, então veja, não é uma resolução que está falando só da gente, ela está falando de uma política da secretaria para reduzir os alunos que estejam com baixa frequência na rede municipal.

[...] a cidade de João Pessoa por exemplo, o processo deles de implantação do serviço social que também está com a década de 90 igual o nosso foi de ir para as escolas, eles não fizeram esses movimentos dos dois: escola e nesse nível de gestão. Hoje, depois de tantos anos eles começam a fazer esse movimento de ir para a gestão da política de educação, porque eles entendem que o que eles estão fazendo lá na escola se não tiver uma articulação mais ampla e que funcione você não consegue avançar.

[...] eu brinco que a gestão do setor é uma gestão que ela precisa dar condições para que esse trabalho aconteça nas escolas, nós precisamos estar atualizados, articulados. Um setor que precisa entender quais foram as orientações que foram feitas ao coordenador pedagógico, isso dá condições objetivas para que a gente realmente não faça da articulação somente um elemento discursivo, mas que isso aconteça na prática.

Em conformidade com as falas da primeira Assistente Social é possível ressaltar um ponto imprescindível para reflexão, sendo ele a importância da gestão. Pois, como exposto por ela através do exemplo da cidade de João Pessoa, quando a inserção do Profissional de Serviço Social nas escolas não é acompanhada da inserção da categoria na gestão, o trabalho não possui articulação suficiente para realizar intervenções amplas, visto que o papel da gestão é coordenar e gerir as equipes, em uma realidade que não existe essa organização, a longo prazo o trabalho “perde forças”. De acordo com o Município:

Artigo 1º – O Setor de Serviço Social Educacional, criado em 1997 na Secretaria Municipal de Educação, integra o Departamento Pedagógico que responde pela elaboração, implementação e execução de políticas/programas e ações relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem da Rede Municipal de Limeira, tendo como função: Parágrafo único: Planejar, executar e avaliar ações, de forma intra e intersetorial, para enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais, tendo como foco a qualidade e a equidade da aprendizagem.

Artigo 2º – Cabe ao Setor de Serviço Social Educacional, no âmbito das UEs, contribuir para a efetivação de uma concepção de educação emancipatória, alinhada aos preceitos do currículo da rede municipal de ensino que possibilite aos indivíduos sociais o máximo desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. (LIMEIRA, 2019, p. 2)

Em comparação com a cidade de Limeira, que se organiza com a gestão do Serviço Social e a atuação nas Escolas, o trabalho é articulado, possibilitando que os planos estruturados e as resoluções que eles auxiliam na produção criem condições para que a atuação dos Assistentes Sociais que estão dentro das escolas seja efetiva e organizada de acordo com a política de educação. Sobre isso a entrevistada relata que:

Por exemplo, nós recebemos duas premiações a nível federal e estadual por ações de busca ativa escolar, que foi organizada com a equipe da escola, pois o trabalho do profissional (gestão) tem que se expressar com o trabalho escolar se não ele fica fragmentado [...]

De acordo com o que preconiza o documento orientador “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação” (CFESS, 2014), os espaços de gestão e planejamento não são exclusivos para o Serviço Social, porém, estes profissionais dispõem competência técnica, teórica e política que possibilita ações qualificadas para esses espaços. Sendo assim, compreende-se que o planejamento e a participação na gestão se transformam em uma ação política. Um processo permanente de reflexão, decisão, de ação e retomada da reflexão, que, por acontecer na realidade social, é dinâmico e se transforma em um elemento que potencializa o processo político-decisório, por meio de trocas entre diferentes sujeitos e ações intersetoriais.

Abaixo será exposto um quadro que foi disponibilizado pelo setor de Serviço Social Educacional, da Secretaria Municipal de Educação de Limeira – SP (2018), que caracteriza os eixos de atuação do setor de Serviço Social Educacional e quais são os objetivos específicos da gestão, realçando a importância dessa articulação para o processo de educação.

Quadro 1. Objetivos Específicos do Serviço Social Educacional no Município de Limeira/SP

EIXOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
1 – Acesso	Articular intra e intersetorialmente para a ampliação do acesso.
2 – Permanência e qualidade na educação	Promover de forma articulada às divisões departamentais da SME e às políticas setoriais, as condições necessárias à permanência, ao aproveitamento escolar e à qualidade da educação.
3 – Saúde e inclusão	Assegurar, de forma intra e intersetorial, o acesso ao direito à saúde dos alunos, famílias e comunidade escolar visando à melhoria do processo de ensino e aprendizagem.
4 – Formação	Desenvolver, de forma articulada à divisão de Formação da Diretoria Pedagógica da SME e dos departamentos responsáveis pela área nas políticas setoriais, formações e capacitações direcionadas aos trabalhadores da educação alinhada à concepção de educação emancipatória.
5 – Gestão	Coordenar e gerir a equipe, sob o princípio da gestão democrática, visando o fortalecimento da atuação interinstitucional do setor na política municipal de educação, por meio, do cumprimento das atribuições e competências previstas no Regimento Comum às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino; Plano Municipal de Educação e da implementação do Plano Trienal do Serviço Social Educacional.

Fonte: Setor de Serviço Social Educacional, da Secretaria Municipal de Educação de Limeira – SP (2018)

Através da exposição dessas falas e do quadro que caracteriza os setores dentro da Secretaria de Educação foi possível observar que a gestão é a base para desenvolver as ações dentro das Escolas, sem essa base não existe plano a ser seguido. Mas, afinal como são organizadas as intervenções no âmbito escolar? O que o profissional de Serviço Social faz dentro das Escolas? De acordo ainda com a primeira Profissional:

[...] hoje o assistente social aqui do município de Limeira ele dobra, ele fica em 2 ou em 3 escolas e ele organiza seu trabalho ficando dois dias em um trabalho um em outro. O que vai determinar esse número de horas em uma escola são os indicadores educacionais que essa escola apresenta. Um dos indicadores é o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) ele mede como aquela escola está do ponto de vista dos seus anos finais anos iniciais do ensino fundamental, indicadores sociais (número de beneficiados do bolsa família, famílias em situações de extrema pobreza), resultados das avaliações internas da secretaria (qual é o desempenho que aqueles estudantes tiveram) e as Atas do conselho de ciclos pois elas trazem um retrato importante de como está a situação do desempenho e de quais são as medidas propostas pela aquela equipe para as melhorias da educação de cada um desses estudantes que foram avaliados. Os assistentes sociais tem que estar articulados com o diretor ou professor coordenador (tendo reuniões periódicas com um desses para sintonizar o que ele vem fazendo no acompanhamento dessas demandas notificadas no conselho de ciclos ou mesmo identificadas pelo gestor) o professor ele precisa ter esse apoio, pois se um aluno seu estiver apresentando qualquer demanda ele vai falar primeiro com o professor coordenador, ele vai orientar esse professor e aquelas

demandas que são da área de serviço social eles vai identificar. [...] ele mesmo é o organizador dos processos formativos daquela equipe escolar; O assistente social participa e contribui nesses processos formativos, isso é uma questão importante. O assistente social elabora o seu plano de trabalho, esse plano de trabalho é anual e que é revisto mensalmente e sobretudo trimestralmente através dos conselhos, eles fazem esse acompanhamento (exemplo: se algum estudante apresenta uma troca na fala isso tem um impacto no processo de aprendizagem) então se a fonoaudióloga da saúde está demorando, essa assistente social precisa ter esse caso ali perto dela, monitorando, tendo essa visão e informando esse professor.

Segundo relatado pela primeira Assistente Social entrevistada, em Limeira existem:

Quadro 2. Quantidade de UE's (Unidades Escolares) e Profissionais

QUANTIDADE DE UNIDADES ESCOLARES (MUNICIPAIS)	ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO
82 UE's	29 ASSISTENTES SOCIAIS

Fonte: Números expostos em entrevista com a Assistente Social Violeta

Os Assistentes Sociais que atuam na Educação no município não trabalham somente em uma escola como citado acima, eles se dividem de acordo com as demandas. E apesar da primeira Profissional atuar na gestão, a articulação existente faz com que a dinâmica do trabalho seja conhecida pelos setores. E de acordo com a segunda Profissional Catarina que atualmente atua em duas escolas:

[...] nós trabalhamos então com as fichas de queixas que é uma ficha onde o professor, diretor ou coordenador coloca pra gente qual é a problemática apresentada pelo aluno, ou é uma questão como essa por exemplo, essa semana eu peguei uma questão de violência, eu peguei com as duas escolas, uns 80 casos pra gente fazer acompanhamento de frequência, porque assim excedeu uma frequência a gente já entra com acompanhamento, aí eu peguei casos também de situação de vulnerabilidade, alguns encaminhamentos para a área da saúde, então eles entregam formalmente a ficha queixa que já tem aquela problemática, aí a gente dá andamento no caso e já dá a devolutiva pela própria ficha queixa.

[...] aí como eu faço? Eu entrego a ficha queixa geralmente para gestão ou coordenação escolar e eles dão uma devolutiva para os professores, verbalmente ou entregando a ficha para o professor aí eu anexo uma cópia no prontuário físico do aluno, que fica arquivado, bonitinho com todo o sigilo profissional, nós temos também o sistema da secretaria que podemos utilizar mas como é um sistema aberto nós não colocamos todas as referências por conta do nosso sigilo e tem também os casos de demanda espontânea que os pais, principalmente na questão de vulnerabilidade ou alguma dificuldade sócio econômica pôr a gente já ter esse vínculo eles nos procuram então daí é uma demanda espontânea que a gente tem, mas mesmo assim eu faço a ficha queixa e dou a devolutiva, não coloco para expor a família mas coloco que a família veio me procurar por demanda espontânea e o que foi feito, aí se a gestão ou a coordenação me procura eu passo o contexto certinho do que está acontecendo. E nós temos também o que pelo sistema [...] então eu faço o acompanhamento na secretaria municipal de educação aqui de Limeira, nós temos o sistema e lá a gente

consegue acompanhar os alunos abaixo do básico, conseguimos acompanhar a frequência escolar, conseguimos acompanhar algumas questões de inclusão desse aluno, então eu faço dessas três formas, ou é por demanda espontânea, ou pela ficha queixa ou é quando eu entro no sistema e a partir do sistema eu coletei os dados para eu fazer as intervenções que são necessárias.

Segundo a LDB de 1996 um dos princípios do ensino é a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, pois não basta cada município possuir várias unidades escolares sem que as ações realizadas possibilitem que os alunos permaneçam nas escolas, infelizmente a evasão escolar é uma realidade gritante no nosso país, sendo assim o acompanhamento realizado de acordo com a frequência dos alunos citado por Catarina, é de extrema importância para compreender as necessidades de cada aluno para possibilitar a permanência. Ainda sobre esse trabalho com a frequência, ela relatou que:

[...] até nós ganhamos dois prêmios sobre essa questão de busca ativa aqui no município de Limeira que nós conseguimos no início da pandemia estava muito difícil a questão de kits e tudo mais, e assim o município de Limeira a nível estadual e nacional teve essa questão, então assim já foi colocado o quanto é importante os cuidados mesmo do Serviço Social.

[...] então tem a questão do que, as escolas que têm efetivamente a presença do profissional de serviço social, o que acontece, o nível de baixa frequência é muito pequeno, porque a gente fica constantemente indo atrás da família, fazendo busca ativa, conversando e sensibilizando.

Interessante pontuar que duas das atribuições do Profissional de Serviço Social na educação básica segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS,2020), se alinham com o princípio da LDB citado acima, sendo elas:

1. Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
3. Atuar no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola;

Possibilitando que as intervenções realizadas estejam submetidas as diretrizes da educação pois como exposto pela primeira Profissional, os Assistentes Sociais são profissionais da educação. Sendo assim, a luta, as ações, as diretrizes e os atendimentos realizados necessitam de direcionamento da política da educação, é plausível observar que as atribuições definidas para a categoria dentro da educação segue os princípios educacionais, caminhando para a realização de ações conjuntas, que fazem sentido, sem ser descoladas da política da educação, sendo de fato um profissional da educação, não apenas um profissional que foi inserido aleatoriamente em mais um campo de atuação, sendo assim faz-se necessário analisar a:

[...] inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mais como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação a estratégias de luta pela conquista da cidadania, através da defesa dos direitos sociais e das políticas sociais (ALMEIDA, 2000, p.2)

Após essa breve análise da organização do trabalho profissional através das lentes da atuação na gestão e na atuação no “chão das escolas”, será refletido sobre as intervenções realizadas com os alunos e suas famílias, de acordo com a Segunda profissional Catarina.

Alunos e suas Famílias

Ainda de acordo com as atribuições do Profissional de Serviço Social na educação básica segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS,2020), é relevante ressaltar três pontos específicos que norteiam as intervenções realizadas diretamente com e para os alunos, sendo elas:

2. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
5. Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
6. Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;

Nessa perspectiva a Profissional Catarina expõe que:

[...] essa garantia é de não só ver, mas de enxergar o aluno, eu tenho uma diretora que é uma fofa e ela diz que nós temos que trabalhar as potencialidades dos alunos, teve um aluno nosso que ele já estava nos atendimentos especializados, mas na escola não havia como ele se adequar a rotina da escola, aí conversando com o aluno ele falou que amava moto, aí foi combinado que todas as atividades teriam a ver com moto, então a gente começou, matemática, todas as contas tinham moto, tinha a questão que a gente tinha que seguir o currículo, mas em tudo a gente tentava [...]

Através desse exemplo que Catarina relatou é possível realizar várias reflexões sobre a relevância da atenção as demandas apresentadas pelos estudantes, porém como exposto acima nas atribuições, através desse exemplo é nítido observar a presença da contribuição para a garantia da oferta de um serviço de qualidade, contribuição para o processo de inclusão e permanência e a criação de estratégias frente as dificuldades, veja que apenas em uma situação várias atribuições foram “usadas” para assegurar o direito desse aluno. Sendo assim, como citado anteriormente, o profissional de Serviço Social compondo o quadro de funcionários do

sistema educacional faz parte da escola, portanto necessita lutar juntamente com os outros profissionais

[...] contra o peso das desigualdades de origem social, levando todos os indivíduos a adquirir os aprendizados fundamentais. Essa concepção pedagógica nos leva a considerar justo que se dê mais atenção àqueles que enfrentam as dificuldades mais significativas. (CRAHAY, 2014, p. 13)

Essa luta não é apenas no campo da educação, mas na categoria está presente em todas as intervenções realizadas independente do âmbito, pois a profissão possui como uma de suas principais bases o enfrentamento as desigualdades sociais, para a garantia de direitos, apontando para a emancipação integral dos sujeitos. Os estudantes fazem parte desse recorte pois são afetados diretamente com todas as expressões da questão social que assolam a nossa sociedade. Sendo assim, ter um profissional capacitado para garantir a qualidade e a permanência do aprendizado, possibilita que sejam enxergadas não apenas as dificuldades dos alunos, mas também suas potencialidades a serem ressaltadas. Como ela expos, é enxergar os alunos, não apenas vê-los.

Então o que eu ando vendo nas minhas duas escolas é essa questão de trabalhar mesmo as potencialidades, de ver o aluno e tentar esgotar os recursos mesmo e trabalhar de forma positiva [...]

As intervenções realizadas possibilitam que os profissionais criem vínculos com os estudantes, abrindo caminhos para que um trabalho educativo seja realizado sobre diversas temáticas que não seriam efetivas sem esse vínculo, de acordo ainda com o documento “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação” (CFESS, 2014), a atuação profissional trata-se de uma ação de cunho educativo, da socialização de informações e conhecimentos aos usuários, com as informações sobre direitos sociais, políticas públicas, programas, projetos e serviços de atendimento à população, a comunicação se torna um meio para a cidadania dos sujeitos, garantindo a democratização do conhecimento. Sobre isso, a segunda Profissional relata que:

[...] eles acabam indo e eles acabam criando vínculos, então tem alunos do quinto ano que eles passam todos os dias, eu até brinquei eu não posso perder esse ano as formaturas, porque eles adquiriram um vínculo muito grande, eu pelo menos faço um trabalho com os quintos anos em Limeira sobre a questão do bullying, questão de preconceito, então a gente vai em sala e conversa com eles, até a questão do que é o Serviço Social, eu precisei fazer esse ano um trabalho com os terceiros anos porque a professora dando uma aula de cidadania ela perguntou se alguém sabia sobre o Serviço Social, aí eles me chamam de “Tia Catarina” ou “Assistente”, aí ela perguntou, então

vocês sabem o que ela faz ? Aí um dos alunos falou ela é que manda para o conselho e manda prender, aí eu fui à sala e ela separou um horário para mim e eu fui lá e apresentei uma palestra e tudo mais porque a gente achou interessante conversar com os alunos, então cada ano muda um pouquinho, já tivemos sobre sexualidade principalmente no quinto ano, porque é muito pertinente aí a gente pede autorização para os pais pra gente ter essa conversa informal com eles, descontraída.

Então assim, tem alunos que nos procuram para contar alguma coisa ou é o professor que manda estar indo [...]

Como exposto as demandas “chegam” de diversas formas, através dos professores, coordenadores, pelos próprios alunos e pelas famílias, sendo assim o trabalho é dinâmico e requer uma flexibilidade dos profissionais. Sendo assim, a ação realizada de conversar com os alunos sobre a prática profissional está alinhada com o currículo, que preconiza:

A perspectiva adotada pelo Sistema Municipal de Ensino de Limeira é pautada em parâmetros educacionais de excelência, voltados a conteúdos que desenvolvam o senso crítico dos estudantes, estruturados por um modelo educacional que tenha como finalidade o desenvolvimento humano em sua máxima potencialidade. Para possibilitar que isso aconteça, defende a socialização dos conhecimentos científicos, como conteúdos escolares, objetivo fundante do trabalho educativo. Nas palavras de Saviani (2003, p.13), a definição de trabalho educativo é “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (CURRÍCULO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, 2017, P. 12-13)

Em relação a intervenção realizada com as famílias é relevante ressaltar que:

[...] a contribuição mais significativa do assistente social para a educação se concretiza no âmbito de constituir-se a profissional referência na família. Ou seja, é na família que perpassam as situações, sejam estas sociais, culturais, políticas, manifestadas muitas vezes pela negligência, omissão, violência, dentre outras, todas estas as expressões da questão social que influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem [...]. (SANTOS, 2019, p. 110)

No tópico que é dissertado sobre a educação e a desigualdade foi citado sobre a escola ser um espaço social propício para visualizar em um recorte específico as expressões da questão social. Sendo assim, além das demandas que os alunos trazem das famílias, dos amigos e de situações que permeiam suas vivências em sociedade, existe as demandas que são geradas dentro do âmbito escolar, segundo relato da profissional Violeta:

[...] eu atendi um pai na semana passada que o objetivo dele era fazer um boletim de ocorrência contra uma professora e contra a gestão, e eu falei para ele que ele tinha todo o direito de estar fazendo, mas eu também falei: pai não perca os níveis, vai lá porque até as escolas tem uma chefia. E eu passei pra ele o telefone, então as gestões sabe que eu estou lá pela criança, então ele me passou a situação e realmente foi uma situação vexatória e eu fiz ele procurar, aí eu falei pai mesmo assim depois de você ter conversado na secretaria você ainda se sentir de alguma forma que a sua criança

foi colocada, ai você vai estar fazendo o boletim, já participei de algumas escolas que já foram feitos alguns boletim de ocorrência disso e por incrível que pareça, teve uma vez que um delegado ligou na escola e pediu pra falar comigo e ai eu falei nossa, isso já faz uns anos e ai eu atendi e disse pois não e assim era uma situação muito difícil mesmo, e eu pensei que iria ser chamada, porque em alguns casos nós somos chamadas, mas aí ele me falou assim eu queria pelo menos escutar sua voz porque nós temos 4 boletins de ocorrência dessa escola e a única profissional que os pais enfatizam que tem um atendimento acolhedor, de escuta é a assistente social, então eu queria te dar esse feedback, porque talvez você não saiba, então assim é um motivo de muita alegria, então tem essas questões.

Esse relato expõe com nitidez para quem o profissional de Serviço Social trabalha, a prioridade da atuação são os alunos e suas famílias, com o objetivo de assegurar os seus direitos, ou seja, mesmo que em algumas situações a coordenação ou até mesmo os professores sejam os sujeitos que de certa forma contribuem para cercar o acesso ao ensino para todos, sem qualquer tipo de violência, preconceito ou discriminação, os Assistentes Sociais necessitam se posicionar ao lado dos alunos como relatado pela profissional acima, pois duas das 13 atribuições do profissional na Educação, são de

4. Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
7. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação; (CFP, CFESS, p.31-32)

Ainda sobre as ações com as famílias, a entrevistada expõe

[...] a família precisa de uma tutela, tem que mandar o caderninho ali grifado com o que ela precisa fazer, porque assim eu tenho vários e vários pais que principalmente como eu já ressaltéi eu trabalho em duas escolas de periferia que são analfabetos funcionais, então eles sabem escrever os nomes, os nomes dos filhos, eles sabem o ônibus que pegam, mas se você der uma atividade pra eles, eles não sabem, então agora nós estamos na segunda fase, de compensação de ausência, ontem eu fiz contato com um monte de pais e teve vários que mandaram perguntando se já poderia marcar um horário pra ir conversar com o coordenador dizendo que não estava entendendo, aí o coordenador falou pra mim, vamos fazer o seguinte, vamos conversar com essas famílias, aí a gente deixa essas crianças um pouco mais, porque a gente tem a recuperação paralela na escola, porque se não a gente vai sobrecarregar essa família ainda mais, por isso que eu falo, de pouquinho e pouquinho a gente vai plantando a nossa sementinha na cabeça deles, aí a gente vê que está valendo a pena, então são essas questões, mas eu acho que a questão das habilidades socioemocionais não são só para eles, tem dias que a gente também precisa respirar, centralizar e começar de novo.

Anterior a essa fala da profissional, ela menciona como algumas demandas se alteraram após a pandemia, pois para as famílias foi um momento muito complexo a adaptação da nova rotina de não levar as crianças para a escola e realizar apenas as atividades que as escolas

disponibilizavam. Quando ocorre o retorno das atividades presenciais, a rotina foi novamente alterada, fazendo com que exista a necessidade de uma “tutela” para amparar esses responsáveis para novamente conseguirem se organizar com a rotina escolar presencial.

Como exposto pela profissional, as famílias demonstram dificuldades de “dar conta” de todas as atividades propostas para compensar esse período atípico de pandemia. Nessa situação, é interessante ressaltar que a intervenção realizada pela Assistente Social é a de criar estratégias para não sobrecarregar as famílias, mas sim possibilitar caminhos para a compensação ser realizada efetivamente, visto que as demandas das famílias aumentaram pós pandemia não somente com as questões econômicas ou sociais, mas também com as demandas socioemocionais.

Interessante pontuar que ao final da fala da profissional, ela expõe que as estratégias criadas para possibilitar novos caminhos para as famílias fazem com que os demais profissionais sejam de certa forma “influenciados” pelo olhar diferenciado para as demandas apresentadas, possibilitando que as ações da equipe sejam inspiradas também para favorecer a família. Ainda sobre isso, Catarina menciona que:

[...][uma é as questões que a gente já sabe que é a parte perversa que eu falei que é a gente minimiza os conflitos e tem essa questão humana que eu falo que não abro mão porque assim a gente precisa tratar como a gente quisesse ser tratada, então eu tenho muito esse olhar e eu falo mesmo que a criança esteja assim explodindo de falta e tenha acontecido um monte de coisa, primeiro a gente vai escutar essa família, a gente vai ver, a gente vai conversar e eu falo que a gente começa a contaminar de uma forma positiva o resto da equipe e acaba sendo tomada a questão de uma medida acolhedora, muitas vezes a gente tem que começar um trabalho na secretaria da unidade escolar porque muitas vezes é aquele negócio “me dá só papel”, não escuta, então a gente está fazendo um trabalho pelo menos nessas unidades que eu estou para ter um atendimento mais humanizado com os pais e com a comunidade no geral. Então eu acho que é isso dentre os tantos positivos do diferencial quantitativo e qualitativo, seja de uma forma a evitar a questão dos conflitos maiores com outras hierarquias como também na questão de acolher as famílias, eu falo que a família não pode sair de lá, sem estar ok. [...]

Nessa primeira parte da fala, a Profissional usa a palavra “perversa” para nomear esse movimento de minimizar os conflitos gerados dentro da escola, essa questão faz parte da categoria por se tratar de uma atuação dialética e contraditória, pois ao passo que possui como objetivo a assegurar os direitos da classe trabalhadora, faz parte da mesma classe e é contratado para minimizar essas tensões existentes nos espaços sócio-ocupacionais. Pois a categoria:

responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do

antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO, 2012, p. 79)

Ainda sobre essa mesma fala, a profissional relata novamente sobre a influência que realiza dentro da equipe escolar, pois a forma que o atendimento aos alunos, suas famílias e com a comunidade é realizado de maneira acolhedora, humanizada, sem humilhação, ou discriminação, acolhendo as questões trazidas para compreender de fato as demandas, faz com que os trabalhos da Assistente Social não seja apenas com os usuários da política, mas também com os trabalhadores da escola, sensibilizando-os a realizarem também ações que sejam humanizadas, para os profissionais não serem apenas executores de tarefas, mas trazer sentido as ações para possibilitar consequentemente, sentido para os alunos e familiares. Pois, como cita Paulo Freire, é necessário realizar ações que apontam para uma nova realidade e ter o sonho de “[...] mudar a cara da escola. O sonho de democratizá-la, de superar o seu elitismo autoritário, o que só pode ser feito democraticamente” (1991, p. 74). O sonho que “[...] tem que ver com uma sociedade menos injusta, menos malvada, mais democrática, menos discriminatória, menos racista, menos sexista” (1991, p. 118).

Refletindo sobre as intervenções que perpassam outros profissionais, a característica do profissional do Serviço Social de acolher as questões e possibilitar novas perspectivas acontece também com as professoras, por exemplo, que estão com dificuldades de lidar com a defasagem que os alunos estão enfrentando devido a pandemia, sobre isso a Assistente Social Catarina relata que:

As professoras entraram na minha sala e começaram a ter crises de choro e aí eu falei: vamos respirar, no que eu posso te ajudar? Então assim, elas estão se sentindo muito frustradas porque elas queriam que todos os alunos fechassem o currículo certinho e bonitinho, mas esses alunos estão vindo com uma defasagem e a gente leu muito sobre e vai precisar de 5 a 10 anos para a gente conseguir virar o jogo e aí elas estão se cobrando demais e aí consequentemente elas cobram demais as famílias e enchem os cadernos de recado e cobram umas coisas que assim eu falo gente essa família não vai conseguir [...]

Como citado anteriormente, a dinâmica do Assistente Social sendo diferente dos demais profissionais, compreendendo a realidade das famílias antes de realizar as “cobranças”, faz com que exista um equilíbrio, pois analisando as demandas individuais de cada família é possível propor ações coerentes, é compreensível a frustração e até mesmo o desespero dos professores frente a defasagem educacional dos alunos, porém faz-se necessário ser realistas assim como a Assistente Social Catarina pontuou para compreender que as famílias do contexto que a escola está inserida não conseguirá suprir com as demandas, pois em algumas situações os

responsáveis possuem também defasagem de aprendizado, sendo analfabetos funcionais ou até mesmo totalmente analfabetos. Ter essa visão crítica dentro da equipe é fundamental para evitar que defasagens maiores aconteçam.

Após a exposição de alguns relatos da atuação com os alunos, as famílias e com os profissionais, a seguir será realizada a análise dos desafios enfrentados, primeiramente sobre a compreensão dos outros profissionais sobre a atuação profissional e logo após sobre as dificuldades do período pós pandêmico.

3.5 Desafios Enfrentados: ser um estranho no ninho

Em relação aos desafios a serem enfrentados, a primeira Profissional de acordo com a sua vivência na gestão, pontua que:

Nós não somos ainda compreendidos genérica e extensivamente como trabalhadores da educação, nós tivemos a aprovação em 2019. O setor de serviço social já está a 25 anos e mesmo assim se observa um desafio de diálogo, de ajustes e uma articulação do trabalho dessas diferentes categorias profissionais dentro de uma escola, de como isso se sintoniza melhor para atender as necessidades educacionais daquele estudante ou que a comunidade escolar está traduzindo, se expressando para dentro daquela escola. Então, é entender o papel do assistente social no trabalho coletivo dos profissionais da educação e isso é algo que a gente vem ao longo dos anos criando uma maior estatura nisso [...]

Essa questão de sempre proporcionar e construir processos de formação com a equipe de assistências sociais, a política da educação é uma política diferente, um conhecimento das várias teorias da educação, dos diferentes paradigmas, inclusive, as diferentes lógicas curriculares implantadas nos municípios, a base nacional comum curricular. Exigem conhecimentos que esse profissional precisa estar se apropriando. [...]

[...] aqui na cidade de Limeira é continuar pensando nos avanços desses profissionais de serviço social e de psicologia dentro da política de educação. Em Limeira nós não temos um estatuto dos profissionais da educação básica, nós só temos o estatuto do magistério, todos os outros profissionais (merendeira, assistente administrativa, assistente social, nutricionista) todos esses estão dentro de um estatuto geral do funcionalismo público é algo que a gente entende que é importante é ter os estatutos, planos de cargo e carreira dos profissionais de educação. Em Limeira nós temos o Cargo, desde 1997, mas pasmem, até hoje nós não temos nos planos de carga e salário nós não temos o cargo de assistente social educacional, então nesse exato momento estamos com essa tarefa, foi aprovado nesta segunda feira mesmo esse projeto de lei e a partir dessas atribuições que estão dentro desse documento CFESS e CFP a gente vai fazer uma minuta, nós do executivo para alterar aquela lei de cargo e salários para inserir o cargo de psicólogos e assistentes sociais educacionais com descrição sumária e a partir disto chamar concurso público [...]

E de acordo com a segunda Assistente Social entrevistada,

[...] nós somos estranhos no ninho dentro da escola e nós não temos um par, somos só nós, assistentes sociais dentro da escola, mas as escolas às vezes nos confundem com psicólogos, então aquele aluno está com problema, eles mandam, porque eu acredito que a nossa forma de acolher, de ouvir e de conversar com a família acaba dando um resultado muito bom.

[...] não que eu não me sinta acolhida, é como eu falei em todas as unidades que eu passei, eu já passei por várias unidades aqui no município, eu me senti muito acolhida como assistente social dentro de uma escola, mas assim o linguajar é diferente, o olhar é diferente, a forma de abordagem é diferente então são todos os desafios que nós temos que lidar enquanto assistentes sociais dentro de uma secretaria da educação, então é totalmente diferente, eu até brinco que eu vim da saúde e da assistência e tenho começado na educação porque eu falo que o que desgasta demais na educação é que a todo momento o serviço social tem que colocar o que ele está fazendo lá, é uma cobrança que assim, eu não diria que é gritante, mas é diária.

Nos outros relatos analisados, foi possível observar algumas falas que também retratavam esse distanciamento com os outros profissionais da educação. Interessante expor que como a primeira entrevistada mencionou, os Assistentes Sociais não fazem parte de uma equipe separada dentro das escolas, mas sim integram a equipe escolar, é um profissional da educação, porém quando pensamos na atuação vários questionamentos surgem pelo fato da inserção na política de assistência e da saúde por exemplo serem mais “exploradas”. Sendo assim, em um CRAS o profissional que terá mais evidência será o Assistente Social, mas no sistema educacional o profissional que estará em exposição será o professor.

Quando a profissional Catarina diz que sente como uma “estranha no ninho” representa muito essa questão da falta de aproximação com a própria política de educação, pois até no início, com a graduação, os alunos se familiarizam mais com a política de assistência, nos estudos e nos campos de estágio. Entretanto, como citado anteriormente, faz-se extremamente relevante a efetiva inserção na gestão da educação e nas escolas.

Como citado em outras falas da mesma profissional, em alguns momentos a atuação profissional não é compreendida pelos outros profissionais que possuem uma visão de que os Assistentes Sociais estão dentro das escolas para “dar um jeito nos alunos problemáticos”, sendo assim, reforçar as atribuições e as contribuições é uma tarefa que faz parte do cotidiano, como citado pela entrevistada, esse movimento apesar de ser cansativo, é necessário e educativo.

Revisitando o relato anterior onde a profissional expõe sobre a conversa que teve com os alunos sobre o papel do Assistente Social, é nessa mesma perspectiva que precisa ser realizada com a equipe, não com a mesma dinâmica, mas buscando o mesmo objetivo, fazer com que a pergunta: “Mas o que uma Assistente Social faz aqui?”, seja respondida com propriedade pelos outros profissionais, alunos e familiares.

Pois da mesma forma que se faz necessário os profissionais de Serviço Social se posicionaram no combate as visões equivocadas da atuação em outras políticas, como por exemplo na assistência que se tem a ideia de “ajuda”, “bondade”, “eles só distribuem cesta básica” e tantos outros equívocos. Na educação não é diferente, apesar de ser desgastante, não se pode perder de vista que a inserção do profissional não é para lidar com os alunos considerados problemáticos, mas sim possui atribuições estabelecidas, sendo elas:

I – Elaborar plano de trabalho anual, de acordo com diagnóstico realizado pela equipe escolar e os indicadores sociais e educacionais das UEs, estabelecendo metas e monitorando-as periodicamente;

II – Acompanhar as famílias dos (as) estudantes identificados nos Conselhos de Ciclo e nas reuniões técnicas de equipe gestora que apresentem baixa frequência, abandono, baixo desempenho e/ou seja, público-alvo do atendimento educacional especializado ou em situação de violação de direitos;

III – Monitorar, por meio de reuniões periódicas com a equipe gestora, os (as) estudantes de baixa frequência, baixo rendimento, abandono e público-alvo do atendimento educacional especializado, acompanhados pelo SSE, tendo por parâmetros, as avaliações diagnósticas dos Conselhos de Ciclo e do sistema online SME;

IV – Orientar e atender a comunidade escolar, no que se refere aos direitos, políticas sociais e rede de serviços dos territórios das escolas;

V – Atuar interdisciplinarmente com as equipes escolares, visando a complementaridade das áreas do conhecimento para compreensão das demandas das UEs e atendimento dos (as) estudantes, familiares e/ou responsáveis e comunidade;

VI – Atuar com a equipe escolar na elaboração, operacionalização e avaliação do projeto político-pedagógico;

VII – Contribuir com a formação e mobilização das famílias e responsáveis para participação dos espaços de tomada de decisão, como os Conselhos de Escola e APMs;

VIII – Articular ações intersetoriais de proteção social, atenção à saúde e de defesa de direitos, propondo alternativas para o enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais;

IX – Acompanhar sistematicamente junto à coordenação pedagógica, os encaminhamentos dos (as) estudantes identificados pela equipe gestora, à rede de serviços, prioritariamente, à política de saúde;

X – Socializar informações e conhecimentos no campo dos direitos, políticas sociais e rede de serviços, de forma contínua com a equipe gestora das UEs, estabelecendo uma articulação com a comunidade escolar;

XI – Contribuir com a equipe gestora para a realização de pesquisas de caracterização e perfil da comunidade escolar que comporão o índice socioeconômico municipal das famílias da rede municipal de ensino;

XII – Elaborar programas, projetos e atividades nas UEs, em consonância a uma cultura escolar que assegure a proteção integral dos estudantes;

XIII – Desenvolver ações em conjunto à equipe gestora que favoreçam o protagonismo infanto-juvenil no processo de aprendizagem;

XIV – Realizar busca ativa junto às famílias para identificação de crianças, adolescentes e adultos fora da escola;

XV – Participar dos Conselhos de Escola, Conselhos de Direitos e instâncias de controle social, a fim de, contribuir na elaboração e avaliação de políticas públicas;

XVI – Participar de formações contínuas e contribuir nos processos de formação da equipe escolar;

XVII – Produzir documentações técnicas – planos, relatórios, pareceres, ofícios, encaminhamentos, sistematizando o trabalho profissional nas UEs. (LIMEIRA, 2019, p. 4-5)

Após algumas reflexões sobre um dos desafios da inserção na educação, a seguir serão expostas algumas das profissionais que retratam o cenário do sistema educacional durante e pós pandemia, e quais intervenções foram realizadas pelas profissionais de Serviço Social.

3.6 Pós-pandemia: um novo desafio a ser enfrentado

Como mencionado anteriormente, o período atípico da pandemia alterou drasticamente a organização das escolas e conseqüentemente gerou diversas defasagens e expos outras já existentes, pois a situação no contexto escolar é totalmente “fruto” das vivencias familiares, das expressões da desigualdade social e de tudo que permeia as relações dos alunos. Em relato, a segunda entrevistada mencionou que durante a pandemia, uma genitora a procurou dizendo:

[...] eu tenho 6 filhos, eu não sei ler e nem escrever. Como eu faço? Aí eu conversei com a professora e assim tudo era falado, então as atividades a professora mandava falado e aí a gente começou a gravar as aulas para essa mãe e vários pais iam lá na escola, marcavam horário comigo e eu dividia as atividades porque eles não sabiam se organizar, aí eu fazia tudo colorido e dividia, aí eu falava olha você vai fazer essa lição amanhã, então a gente tinha que traçar uma rotina.

Através da análise do relato é possível pontuar que de fato as demandas trazidas pelas famílias necessitam ser acolhidas e direcionadas para estratégias que impulsionem soluções. No caso apresentado, a Assistente Social não poderia “solucionar” imediatamente a questão do analfabetismo da genitora, mas formulou uma estratégia para possibilitar que mesmo com as dificuldades o ensino fosse ofertado, modificando assim, a realidade como cita brilhantemente Paulo Freire:

A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade. (FREIRE, 1989, p. 67).

Sendo assim, o profissional necessita ir além para intervir amplamente, para muitos a ação de separar as atividades e de gravar as aulas pode ser considerada descoladas da prática profissional, entretanto é dar respostas frente as necessidades.

[...] o tipo de demanda encaminhada ao assistente social, por parte do contratante – que fragmenta e autonomiza a realidade social, que transforma a “questão social” em ‘problemáticas’ isoladas, as contradições estruturais em ‘disfunções’ individuais, as consequências em causas, a ‘demanda social’ em ‘demanda por serviços institucional-profissionais’, os processos mediatizados pelas lutas de classe em questões imediatas e emergenciais – usualmente não exige conhecimento teórico-crítico das teorias sociais e atualização acadêmica, numa perspectiva de totalidade, que permita o domínio dos fundamentos da ‘questão social’ [...]. Pede-se ao assistente social atividades de triagem, encaminhamento, relatórios, comunicação e divulgação das ações, coordenação de grupos etc., ou seja, respostas imediatas e demandas emergenciais. Porém o profissional qualificado, comprometido e crítico não se conforma com tais demandas imediatistas e rotineiras. Ele procura ir além delas e desenvolver outro tipo de prática – que incorpore demandas (do empregador), mas que as transcenda (atingindo a compreensão das verdadeiras causas das necessidades/demandas da população e intervindo nesta perspectiva de totalidade). (Montaño, 2009 apud OLIVEIRA, 2017, p. 8)

Ainda de acordo com o documento “Psicólogas (os) e Assistentes Sociais na Rede Pública de Educação Básica” do CFP (Conselho Federal de Psicologia) juntamente com o CFESS, publicado em 2020, duas das principais atribuições do Profissional de Serviço Social são:

- 8. Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes;
- 12. Participar de ações que promovam a acessibilidade;

É relevante pontuar essas duas atribuições para expor os relatos de Catarina em relação ao contexto pós pandêmico, em menção diz:

[...] então nós temos muitos aluninhos nossos que estão sendo encaminhados para atendimentos especializados, e aí nós temos que fazer o meio de campo que é fazer a orientação para a família sobre o encaminhamento para saúde e nós fazemos o acompanhamento também, como que é se o caso está muito crítico? A gente coloca o conselho na jogada e tudo mais.

[...] então as famílias muito fragilizada, as crianças porque assim elas não tiveram por questões de todos os conflitos que tiveram na pandemia, mas muitas questões de violência que aí nós fomos descobrir, teve um abuso que ele aconteceu na pandemia e a gente foi descobrir apenas esse ano em uma aula que a professora deu e aí a aluna do quarto aninho chegou e falou “mas professora isso aconteceu comigo”, aí a professora já foi lá me chamou e eu chamei a mãe, e ela disse que na época que aconteceu ela até falou pra mim, mas eu achei que não fosse nada. Então eram coisas

que já estavam instaladas e que na pandemia ficaram muito veladas porque a gente via as crianças uma vez a cada tantas semanas, a gente via as famílias para tirar kits e entregar e tinha as visitas que a gente fazia, mas como tinha também todo o contexto de saúde e tudo mais, a gente não podia adentrar na residência, então tem muitas coisas veladas que estamos dando conta agora.

[...] e agora que voltaram eles estão perdidos porque assim as crianças por terem ficado nesse ambiente muito fechado, eu sei que foi por uma questão de saúde pública mas eu imaginava, eu atendo uma região que é um residencial e assim eu acho que são 42 metros quadrados e eu tenho famílias que tem 20 pessoas, aí eu falava gente como é que fica 20 pessoas trancadas em casa e com dificuldades, eu imaginava aquilo e já ficava “gente do céu”, então a gente viu que está voltando e é geral a equipe toda comenta a questão do que, as famílias estão chegando muito fragilizadas e as crianças com muitas demandas de depressão, de baixa autoestima, de violência, até alguns professores a gente conversou muito no primeiro conselho de ciclo, porque a gente falou gente eles não tiveram, porque as crianças do primeiro ano elas vieram do maternal para o primeiro ano, elas não tiveram o pré, então agora eles estão achando que é brincadeira ainda, então é tudo com muito tato.

Interessante realizar a exposição das atribuições e logo após das falas para mais uma vez constatar que as intervenções são norteadas. Na atribuição 8 por exemplo que preconiza “Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes”, é exatamente isso que a Assistente Social realizou nas situações apresentadas, encaminhou para saúde, Conselho e provavelmente para outros serviços para possibilitar a atenção integral dos estudantes, pois na atuação não se pode “fechar os olhos” para as situações de negligência, violência ou de saúde, faz parte da prática profissional “fortalece e articular” essas parcerias com os outros serviços em prol do aluno.

Nesse contexto de pós pandemia, faz-se relevante o questionamento: Como está sendo o acolhimento das demandas das famílias e dos alunos, nas escolas que não possuem a presença de Assistentes Sociais?

Pois nessa exposição fica explícito que uma das maiores frentes de trabalho pós pandemia é o acolhimento para possibilitar a superação das defasagens para os alunos possuírem condições de encontrar sentido na educação, no ato de estudar e de aprender. Em um sistema que não possui o profissional de Serviço Social, quem irá enxergar as demandas? E para além de enxergar, quem irá intervir?

Uma das falas da profissional que merece atenção, é de demonstração de sensibilidade, de aproximação com as famílias, de acolhimento, quando ela menciona que: “atendo uma região que é um residencial e assim eu acho que são 42 metros quadrados e eu tenho famílias que tem 20 pessoas, aí eu falava gente como é que fica 20 pessoas trancadas em casa e com dificuldades,

eu imaginava aquilo e já ficava “gente do céu”, então a gente viu que está voltando e é geral a equipe toda comenta a questão do que, as famílias estão chegando muito fragilizadas.” Compreender as fragilidades para intervir é fundamental para promover acesso.

Antes de adentrar a próxima análise, é interessante expor que as análises já realizadas das falas da primeira Assistente Social entrevistada e da segunda, se complementam, pois, retratam atuações diferentes, mas que caminham juntas, possuem o mesmo objetivo central e se encontram sentido uma na outra, ou seja, a gestão se faz relevante para fortalecer as bases para a atuação nas escolas, e as ações nas escolas acontecem mediante a essa base.

No próximo tópico, será aprofundado sobre o “alvo” do trabalho na educação, a luta por uma educação que seja de fato crítica.

3.7 A luta por uma educação crítica

Para finalizar as análises, será realizada a reflexão do que seria uma educação crítica e como o profissional de Serviço Social atua para a construção dela. De acordo com Moreira (2010, p. 98), uma educação crítica possibilita que os alunos sejam (...) “capazes de realizar uma leitura de mundo que lhes permita compreender e denunciar a realidade opressora e anunciar a sua superação, com a construção de um novo projeto de sociedade e mundo a ser efetivado pela ação política.”

A questão central em torno dessa reflexão, é se a escolarização em seu modelo tradicional possibilita a construção de “pessoas críticas, de raciocínio rápido, com sentido de risco, curiosas, indagadoras”. (FREIRE, 2000, p.45). Sobre isso, a Assistente Social Violeta menciona que para apontar para essa realidade é necessário:

[...] ter ações para dar mais para quem precisa, o assistente social ele é esse profissional dentro da política da educação que tem contribuído muito para olhar para isso por duas razões: primeiro que a gente entende a educação como direito social, e isso faz a gente pensar “qual é o lugar da escola na rede de proteção dos direitos da criança e adolescentes?”; É preciso trabalhar por uma concepção de educação alinhada com uma perspectiva crítica, perspectiva emancipadora, e afinada ao projeto de política que ela tem uma direção social de transformação então o que os subsídios falam: que a formação profissional, a formação que nós defendemos é uma informação que tem que enriquecer o gênero humano não empobrecer, por isso quando se refere ao trabalho da assistente social é um trabalho que ele que vai se dar a partir das atribuições das competências para enriquecer essa formação, para que ela seja de qualidade socialmente referenciada, que tem que ter estrutura na valorização dos profissionais.

Interessante ressaltar que compreender a educação como direito social, pensar no lugar da escola na proteção das crianças e adolescentes, e trabalhar com uma perspectiva crítica faz

parte do trabalho na gestão em Serviço Social, sendo assim, o trabalho realizado participa do processo de “enriquecer o gênero humano”. Indo na contramão da educação considerada bancária, possibilitando um diálogo para reflexão, que gera sentido, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1987, p. 45).

Ainda sobre isso, a profissional relata que

[...] uma das contribuições do serviço social é participar dessa luta coletiva não só dos trabalhadores da educação, mas dos outros sujeitos políticos para que a gente realmente traga as mudanças nessa direção para a formação dos trabalhadores, como a gente ajuda a disputar a direção da formação profissional e nós sabemos que a formação desde que o Brasil é Brasil é uma educação que nasceu para as elites, quando é comercializada não é acompanhada com qualidade.

Só o assistente social ele não dá conta. É preciso potencializar e ampliar a participação das famílias, daquela comunidade do terceiros nas descolada mesmo que ainda de forma pequena você vai contribuindo para que as pessoas vão entendendo e participando daquele espaço e obviamente que de forma coletiva e articulada é entender e contribuir na educação como direito social, direito não é algo dado mas algo conquistado, para que a gente consiga ai dia a dia essa posição e ajudando nesse processo de qualidade na educação ou mesmo numa perspectiva mais crítica de se pensar na educação.

Sendo assim, mesmo que pareça uma realidade distante uma educação crítica e emancipatória, como mencionado pela profissional, é necessário participar dessa luta coletiva, para que mudanças de fato aconteçam no sistema, a formação faz isso, possibilita a mudança de perspectivas e a indagação da realidade. Essa é uma tarefa complexa por se tratar de uma construção histórica, a educação no Brasil foi construída para as elites e para alimentação da ordem burguesa, ou seja, não é fornecida com senso crítico para não possibilitar que o sistema desigual seja questionado. Compreendo que faz parte de um dos maiores desafios profissionais intervir para superar um sistema que

só quer que os alunos descrevam as coisas, não que as compreendam. Assim, quanto mais se distingue descrição de compreensão, mais se controla a consciência dos alunos [...] Esse tipo de consciência crítica dos alunos seria um desafio ideológico à classe dominante. Quanto mais essa dicotomia entre ler palavras e ler realidade se exerce na escola, mais nos convencemos de que nossa tarefa, na escola ou na faculdade, é apenas trabalhar com conceitos, apenas trabalhar com textos que falam sobre conceitos. Porém, na medida em que estamos sendo treinados numa vigorosa dicotomia entre o mundo das palavras e o mundo real, trabalhar com conceitos escritos num texto significa obrigatoriamente dicotomizar o texto do contexto. (FREIRE, 1986, p.85)

Na perspectiva de responder ao questionando: O que o Assistente Social faz na gestão da política de educação? E como contribui para uma nova realidade no âmbito educacional? Como exposto acima, Paulo Freire menciona que em uma educação que não é crítica, são

formados alunos que não compreendem, que tem sua consciência controlada. Sendo assim, uma das atuações na gestão é a de refletir e possibilitar mudanças no currículo escolar que tenha vistas para a emancipação. Em relato a profissional expõe que

[...] aqui em Limeira o nosso currículo não é para se pensar formação profissionalizante desses estudantes, mas pensar em uma formação mesmo integral, é pensar esse ser humano genérico e a escola ela sozinha não dá conta dessas necessidades e de outras políticas para se garantir nisso, eu acho que os subsídios ele traz preceitos importantíssimos, entender a emancipação política que é dada em ordem com muita dificuldade, muita luta.

Para continuidade da análise, entende-se a relevância de expor três princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 2011), sendo eles,

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

Interessante observar como as bases que fundamentam a categoria estão diretamente presentes na prática profissional do Assistente Social. De acordo com os relatos da Assistente Social Violeta, sobre o planejamento do trabalho,

Essa organização é para o enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais nas escolas, então aquelas crianças que apresentam necessidades educacionais, demandas que exigem não só do setor, mas daquela equipe escolar a nossa intenção é garantir maior qualidade e equidade no processo educacional, nós observamos pela literatura que as crianças que têm uma origem social de mais pobres, ou até mesmo a questão da raça, elas estão mais vulneráveis no processo educativo.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990), em seu artigo 4º expõe que “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Quando falamos de “dever” é necessário ter a compreensão que se trata de direito, ou seja, como citado pela profissional assegurar maior qualidade e equidade no processo educacional tem a ver com enfrentar as desigualdades sociais, pois os que estão em maior vulnerabilidade necessitam ter uma maior respaldo, as demandas que trazem defasagem não podem impedir o pleno acesso, sendo assim, como exposto em tantos outros relatos das profissionais, o Assistente Social não está inserido na educação para resolver problemas, mas

para possibilitar caminhos de enfrentamento a realidade e garantir a permanência, não apenas para os alunos possuírem frequências altas, mas para frequentarem porque encontram sentido no processo educacional, para além da “obrigatoriedade”.

Ainda em relação a luta por uma educação crítica, a Assistente Social Catarina menciona que:

[...] aí está o grande diferencial do assistente social dentro da unidade escolar, para estar mediando todos esses conflitos, porque realmente o número quando tem o assistente social de todas as questões que a educação vê que é para a garantia de direitos, que é a frequência, que é a aprendizagem para os conteúdos estarem lá certinho, se o aluno está indo e se tem algum problema nessa questão do aprendizado. Aí a gente vai ver se precisa de algum encaminhamento especializado e o que está precisando e a questão também da mediação de conflitos, então seria mais ou menos isso. Você percebeu que eu falo pouco né?

Um profissional que está totalmente voltado em garantir os direitos integrais dos alunos, esse é o principal diferencial, em um sistema que não possui os Assistentes Sociais essa mediação não acontece. Como foi ressaltado em outros tópicos, no âmbito escolar existe muita culpabilização direcionada aos alunos e as suas famílias, sendo assim quando a frequência está baixa, as notas diminuem ou existe algum comportamento considerado inadequado, não é realizada uma investigação para descobrir as raízes das problemáticas, levando a ações excludentes que legitimam mais uma vez a violência. Ainda sobre essa questão ela relata que:

[...] agora vai ter SARESP, então é aquela questão, precisamos de nota, precisamos da frequência, mas é complicado enquanto assistente social porque o discurso o outro, porque aí a gente fala “mas vocês viram a história da família, o que está acontecendo”, aí eu coloco nas fichas as vezes todo aquele contexto de sofrimento que está se passando, daí eles falam mas tem que vir, tá gritante tem que mandar para o conselho, então assim é um meio muito rico tem pessoas maravilhosas dentro da educação, mas infelizmente é um meio de muita culpabilização então você tem que nortear e ter jogo de cintura para você conseguir ter evolução nos casos e principalmente na garantia de direitos, então eu falo que o maior desafio nosso é essa questão mesmo.

Não se faz necessário expor a relevância do profissional de Serviço Social na educação após toda a exposição da prática profissional na gestão e nas escolas, pois através delas ficaram evidentes as contribuições que a categoria agrega para a política educacional. Sendo assim, para além da luta para a inserção de mais um campo de trabalho, faz-se necessária a luta para a inserção na educação com o objetivo de contribuir para um sistema crítico, emancipatório, acessível e sem nenhum tipo de violência, ou seja, não se trata apenas de mais um “lugar para o Assistente Social trabalhar”, mas sim, mais um campo de atuação onde as intervenções realizadas apontam para a transformação social.

Sendo assim, “a organização e o fomento de uma massa crítica nas escolas, voltadas para o enfrentamento coletivo do atual quadro educacional e para a edificação de uma educação

sustentada em pilares emancipatórios, tem sido o fim teleológico do trabalho de parte dos assistentes sociais na educação [...]. Acreditamos firmemente que, dentre todas as frentes de ação (novas e antigas) na qual se inserem os assistentes sociais, estar no chão-da-escola no seu cotidiano, vivenciando as tensões, disputas, tristezas e conquistas in loco e explorando todas as possibilidades aqui sumariadas acima é, ainda, aquela que revela o maior potencial de adensar a construção de uma contra hegemonia no campo educacional (MOREIRA, 2017, p. 828).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar nesse TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), a inserção do Profissional de Serviço Social na Educação de forma a analisar a inserção da categoria no Município de Limeira/SP, possibilitou maior compreensão da relevância da atuação no âmbito escolar para além de dissertações, pois através dos relatos expostos de profissionais que trabalham na gestão da política de educação e nas escolas, foi possível visualizar a inserção como uma necessidade, pois realiza intervenções totalmente voltadas para a garantia dos direitos dos alunos e de suas famílias, traçando e contribuindo para a construção de uma educação crítica, ou seja, a inclusão da categoria nos espaços de gestão e do “chão da escola” devem ser compreendidas como a oportunidade de fortalecer a luta por um sistema educacional que transforma a sociedade.

Interessante mencionar, que no início da pesquisa foi exposto como surgiu o questionamento que levou ao interesse de pesquisar sobre a temática e no decorrer das entrevistas foi possível realizar diversas reflexões internas que não cabem para exposição na presente menção voltados para como essas profissionais atuam nas situações vivenciadas como aluna de escolas de rede pública, pois em cada relato era reforçada as atribuições profissionais estabelecidas para a atuação, a luta pelo direito integral de acesso e principalmente o “enxergar” os alunos com todas as suas demandas, mas também com todas as suas potencialidades.

Sendo assim, como exposto diversas vezes no decorrer da pesquisa, a inserção da categoria na política de educação não deve ser vista apenas como mais um campo de trabalho a ser ocupado, pois como mencionado pelas entrevistadas existem muitos desafios a serem enfrentados que requerem uma perspectiva baseada na criticidade, luta intransigente pelos direitos dos alunos e por vezes se faz necessário posicionamentos explícitos de combate a qualquer tipo de exclusão, violência e autoritarismo, mesmo que eles sejam expostos por outros profissionais da educação.

Em vista disso, compreende-se a importância da inserção da categoria na educação e a contribuição plausível que atuação profissional dos Assistente Sociais oferecem para o município de Limeira/SP. Pontuando que, faz-se necessário a continuidade da luta para que a implementação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 seja efetiva em todos os municípios visto que como exposto na presente pesquisa os ganhos são extremamente mensuráveis.

Por fim, um convite a reflexão: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p.31)

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MEC. **História da Educação**. EDUCAPES: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. CFESS, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

REPÚBLICA, Presidência da. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Planalto, 24 fev. 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

REPÚBLICA, Presidência da. **LEI Nº 5.692**: Diretrizes e Bases para o Ensino. Planalto, 11 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692impressao.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

REPÚBLICA, Presidência da. **LEI Nº 4.024**: Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Planalto, 20 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

MEC, Ministério da Educação. **Censo da Educação Básica 2020**: Resumo Técnico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Ministério da Educação, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

REPÚBLICA, Presidência da. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Planalto, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

REPÚBLICA, Presidência da. **LEI Nº 8.069**: Estatuto da Criança e do Adolescente. Planalto, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

SENADO, Agência. **Pandemia Acentua Deficit Educacional e Exige Ações do Poder Público**. Agência Senado: Ana Lídia Araújo, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ABRINQ, Fundação. **Entenda como a Pandemia Impactou a Educação no Brasil**. Fundação ABRINQ, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/entenda-como-a-pandemia-impactou-a-educacao-no-brasil>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica**. Scielo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5JGhKMMx6hHsvdvpDF7Y4c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2022.

LIMEIRA, Prefeitura de. **Conheça Limeira**. Prefeitura de Limeira, 2019. Disponível em: https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/simple_hotsite.php?id=52&simple=373. Acesso em: 10 out. 2022.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 380 p.

MARTINS, M.H.A.A.H; CERQUEIRA, V.G.L. **I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação: O lugar da gestão do Setor de Serviço Social Educacional na secretaria Municipal da Educação de Limeira/SP**. UNESP, 2019. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/Publicacoes/final-jul_2019_seminario-internacional-de-servico-social-na-educacao-anais---profa-eliana-1.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

MARTINS, M.H.A.A.H; CERQUEIRA, V.G.L. **A sistematização do Trabalho de Assistentes Sociais na Educação Básica: A equidade e a qualidade da educação na atuação profissional: um relato da experiência do serviço social educacional de Limeira (SP)**. [S. l.]: EDUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33282/1/a-sistematizacao-do-trabalho-de-assistentes-sociais-miolo-ri.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação: GT Educação**. CFESS, 2011. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; CFP, Conselho Federal de Psicologia. **Psicólogos (os) e Assistentes Sociais na rede Pública de Educação Básica: Orientações para regulamentação da Lei 13.935, de 2019**. CFP, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/psicologas-os-e-assistentes-sociais-na-rede-publica-de-educacao-basica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. UNESP, 2000. Disponível em: <https://nepege.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indignacao%20A7%20A3o.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2022.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como você definiria a organização do trabalho do Assistente Social na educação?
2. Quais ações são realizadas dentro das escolas?
3. O “público atendido”, são apenas os alunos?
4. Existe algum foco específico de intervenção profissional?
5. Qual a maior dificuldade de atuação na área da educação?
6. Existem dados quantitativos das mudanças que aconteceram nesses 20 anos da inserção do A.S na educação em Limeira?
7. Na sua opinião qual o maior diferencial de um sistema educacional que tem intervenções de um profissional de Serviço Social?
8. Fale sobre as mudanças que ocorreram frente à pandemia e o pós?
9. Você acredita que a inserção do AS na educação “transformou” de certa forma a realidade do ambiente escolar? Na sua opinião quais os maiores avanços?
10. O que você entende por uma educação libertadora?

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG: _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao projeto de Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “ **A relevância do Profissional de Serviço Social na rede pública de educação**”, sob a responsabilidade da aluna Sara Cristina de Aguiar Pereira , RA 18729541 e orientado pela Prof.^a Dr.^a. Maria Virgínia Righetti F. Camilo, desenvolvido através da Faculdade de Serviço Social – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Fui informado (a), ainda, de que poderei contatar / consultar a orientadora, a qualquer momento que me julgar necessário, através do telefone 33437019 ou e-mail fss.cchsa@puc-campinas.edu.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informando (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais são “compreender relevância da atuação do profissional de Serviço Social na rede pública de educação. ”

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de [entrevista semiestruturada / observação / coleta de dados, etc.] [a ser gravada a partir da assinatura desta autorização]. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou sua orientadora.

A aluna responsável pela pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para seu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Campinas, 28 de setembro de 2022.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) aluno(a): _____